



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Aline de Souza Freire

“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte...”

O Programa Federal Vale-Cultura e os desafios de se expandir e democratizar o campo cultural brasileiro: uma análise de conteúdo a partir do ponto de vista do usuário em Brasília

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Christiane Machado Coêlho

Brasília
2015



Aline de Souza Freire

“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte...”

O Programa Federal Vale-Cultura e os desafios de se expandir e democratizar o campo cultural brasileiro: uma análise de conteúdo a partir do ponto de vista do usuário em Brasília

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Christiane Machado Coêlho (Orientadora) SOL/UnB

Prof^o. Dr^o. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro SOL/UnB

Aprovado em: ____ /07/2015

Brasília, ____ julho de 2015

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo exemplo, dedicação, amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos professores do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília por guiarem com maestria minha jornada acadêmica, em que, ao mesmo tempo que navegava por caminhos obscuros, encontrava o verdadeiro significado da felicidade.

Em especial a minha orientadora Prof^a. Dra^a. Christiane Machado Coêlho pelo estímulo, orientação, compreensão, disponibilidade e amizade que tornaram possível a conclusão desse trabalho.

Ao Banco do Brasil, principalmente a todos os funcionários que se disponibilizaram gentilmente em fornecer suas percepções sobre o objeto de estudo e contribuíram com reflexões que abrilhantaram a obra.

A Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Controle e Avaliação do Ministério da Cultura, representada por Adoraci de Mendonça e Dainara Porto, pela receptividade e fornecimento de dados sobre o programa federal que sem dúvidas permitiram uma visão holística acerca do Vale-Cultura e abriram diversos horizontes para pesquisas futuras sobre o assunto.

Aos meus irmãos e amigos Wanderson, Anderson e Heloisa, pelo carinho, incentivo, paciência e afeto.

A Mirthes Andrade e Daniella Furtado por romperem laços sanguíneos e fazerem morada no meu coração.

A Thiago Melo pelo companheirismo, amor, carinho e pelo ombro amigo (que por diversas vezes fora demandado).

Aos queridos Pedro Lucas Borba, Bruno Moreira, Nayara Solluar, Alessandro Amorim, Lucas Casado, Gabriela Antunes, Rodrigo Menezes, Priscila Colodetti pela amizade e pelo verdadeiro time que formamos.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, o meu muito obrigada.

Resumo: O objetivo desse trabalho é promover uma discussão sobre a elaboração e implementação do Programa Federal "Vale-Cultura" no Distrito Federal e, através dos resultados obtidos, incentivar uma reflexão sobre seus impactos na cultura brasileira. O Vale-Cultura é benefício válido em todo território nacional, em que se disponibiliza o valor de 50 reais mensais aos trabalhadores de carteira assinada para o consumo de produtos ou serviços culturais. Inicialmente uma discussão teórica se faz necessária para contextualizar o conceito cultura no cenário proposto pela política cultural e verificar a influência da participação estatal na delimitação de cultura brasileira. Feito isso, realizar-se-á grupos focais com funcionários do Banco do Brasil que trabalham em Brasília. A finalidade da utilização dessa metodologia foi de ampliar a compreensão da política cultural através da percepção dos usuários do programa, identificar possíveis alterações do campo cultural brasileiro após a implementação do Vale-Cultura e avaliar o programa por meio do ponto de vista do usuário.

Palavras-chave: Cultura Brasileira, Política Cultural, Vale-Cultura, Campo Cultural Brasileiro.

Abstract: The objective of this work is to promote a discussion on the formulation and implementation of the Federal Program "Vale-Cultura" in Distrito Federal and, by the results obtained encourage reflection on their impact on Brazilian culture. The Vale-Cultura advantage is valid throughout the country, as it provides the value of 50 reais a month to a formal contract workers for consume products and cultural services. At first a theoretical discussion is necessary to contextualize the concept culture in the proposed for cultural policy and the influence of state participation in the delimitation of Brazilian culture. Then, it will be realized focus groups with employees of the Banco do Brasil who work in Brasília. The purpose of using this methodology was to increase the understanding of cultural policy through the perception of the users of the program, identify possible changes in the cultural field brasiliense after the implementation of Vale-Cultura and measure the program through the user's point of view.

Keywords: Brazilian Culture, Cultural Policy, Vale-Cultura, Cultural Brazilian Field.

Índice

Introdução	6
Justificativa	8
Objetivo Geral	9
Objetivos Específicos	9
Hipótese	9
Dados e Metodologia	10
Capítulo 1. Cultura e Políticas Públicas	12
1.1 Cultura	12
1.2 Políticas Culturais	16
1.3 Políticas Culturais no Brasil	20
1.4 Deve o Estado interferir na Cultura?	24
Capítulo 2. O Vale-Cultura	27
2.1 Histórico do Programa	27
2.2 O Vale-Cultura em Brasília	29
Capítulo 3. Aspectos Metodológicos	31
3.1 Elaboração do instrumento de coleta de dados	31
3.2 Aplicação dos Grupos Focais.....	32
3.2.1 Agência Governo Federal	36
3.2.2 Gerência de Pessoas Brasília II	44
Capítulo 4. Análise dos dados	54
Considerações Finais	58
Referências Bibliográficas	62
Anexos	66

Introdução

O conceito de cultura, como conhecemos atualmente, foi forjado por Edward Tylor. Através da união do termo germânico Kultur e a palavra francesa Civilization, Tylor (1871) criou o vocábulo inglês Culture, que segundo tradução de LARAIA (2007)¹ significava: “tomando em seu amplo sentido etnográfico é todo esse complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (p. 25).

O estudo da cultura é um dos objetivos principais das ciências humanas. Há diversos olhares para esse tema e de óticas mais variadas. LARAIA (2007), utiliza o esquema elaborado pelo antropólogo Roger Keesing (1974) para classificar os principais esforços da antropologia moderna em reconstruir o conceito de cultura. Uns veem a cultura como um sistema adaptativo, tanto ao aparato biológico humano quanto ao meio circundante para sobrevivência. Outros desenvolveram teorias idealistas a respeito de cultura, que se subdividem em três abordagens: a primeira considera cultura como sistema cognitivo, a segunda como sistemas estruturais e a terceira como sistemas simbólicos. Discussão teórica sobre o conceito de cultura ainda continua e provavelmente está muito longe de seu fim.

E diante desse arcabouço de ideais, há um embate teórico sobre a relação entre cultura e Estado. Uns defendem o distanciamento do poder público das questões culturais, porque são consideradas matéria de interesse exclusivo da sociedade e dos cidadãos. Outros, defendem a presença forte do Estado como instrumento de democratização e acesso à cultura.

Apesar desses diferentes olhares, existe um fato consolidado: grande parte da população brasileira não tem acesso a diferentes atividades culturais no Brasil. Segundo o vídeo institucional do Vale-Cultura lançado pelo Ministério da Cultura², 87% dos brasileiros não frequentam o cinema; 90% dos municípios não possuem

¹ TYLOR, E., Primitive Culture, 1871, cap.1, p. 1 apud Laraia, Roque B., Cultura Um Conceito Antropológico. 21ª Edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2007.

² MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/valecultura>. Data de acesso: 04/12/2013.

cinema, teatro, museu ou espaços multiuso; 92% dos brasileiros nunca foram aos museus e 78% jamais assistiram a um espetáculo de dança.

Para reverter esse quadro, o governo federal empreendeu, desde 2003, diversas iniciativas para orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Dentre as diversas ações empreendidas pelo Estado, destaca-se o Programa de Cultura do Trabalhador, que cria o Vale-Cultura.

Por meio do programa federal, milhares de trabalhadores teriam acesso às atividades culturais. O benefício concedido através do Vale-Cultura não possui validade, o que permite um acúmulo de recursos para adquirir o bem cultural que o beneficiário desejar. Segundo o Ministério da Cultura³: "O potencial do Vale-Cultura na cadeia produtiva do setor cultural é de R\$25 bilhões. A expectativa é de que com esse movimento econômico, a cultura no país cresça e se espalhe a cada dia em cada pontinho do país. Nas grandes e pequenas cidades. Desde a produção até a venda de produtos culturais".

Porém, essa iniciativa abre uma série de questões que merecem destaque. Em um contexto em que 90% dos municípios não possuem infraestrutura para prover os produtos que cabem no cartão, a política pública atingiria realmente seu pressuposto de democratização e acesso à cultura? O programa não abriria espaço para o fortalecimento de determinadas áreas culturais em detrimento de outras? O Governo possui uma expectativa de expansão e desenvolvimento da cadeia produtiva do setor, mas essa expectativa seria consolidada através do Programa?

Cabe ao Governo definir o que cabe no Vale-Cultura ou não? Através dessa delimitação, há um direcionamento do que é considerado cultura e o que não é considerado cultura pelo Governo. Assim, haveria uma valorização de determinadas culturas em detrimento de outras?

³ MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/vale-cultu-4/10883. Data de acesso: 04/12/2013.

O Vale-Cultura é um benefício cujo público é o trabalhador do mercado formal do país e empresas que também pertencem ao mercado formal. Assim, como promover a democratização por meio da exclusão, já que se destina a parte da população assalariada do país e incentiva parte do setor de produção de bens e serviços culturais?

Justificativa

Por essas e tantas outras questões, faz-se necessário um estudo de como foi elaborada e implementada essa política pública. Identificando quais os parâmetros utilizados e quais os objetivos que se pretendia alcançar, para após sua execução, verificar sua aplicabilidade e impactos na cultura brasileira, através do olhar do usuário de Brasília.

Uma vez que, as políticas públicas são um conjunto de ações do governo em produzir resultados específicos para o atendimento de demandas apontadas por diversos setores da sociedade civil, analisar os resultados de uma política social é crucial para verificar se o que foi alcançado corresponde ao esperado. Além disso, uma política pública pertence à sociedade. É ela que desfruta de seus benefícios ou paga pelo seu fracasso.

Dessa forma, analisar a implementação de um programa como o Vale Cultura no Distrito Federal pressupõe uma discussão acerca da cultura em termos tanto conceituais, como de sua importância nas políticas públicas.

Difícilmente esse trabalho conseguirá atingir essas questões em seus âmbitos gerais, uma vez em que as observa em termos locais. Porém, esses apontamentos locais poderão sinalizar como se dá a configuração da política cultural a nível nacional. Além disso, esse trabalho não pretende elucidar ou finalizar a discussão acerca das questões apresentadas. Muito pelo contrário, o objetivo aqui é abrir pontos relacionados ao tema e incentivar o debate acerca do assunto.

Objetivo Geral

Ampliar a compreensão a respeito da política cultural denominada “Vale-Cultura”, partindo do ponto de vista do usuário do programa e verificar seus impactos no campo cultural brasileiro, tendo em vista a análise da implementação em Brasília.

Objetivos Específicos

Verificar o impacto do programa cultural na difusão e democratização da cultura brasileira em Brasília

Captar o significado do programa para o usuário

Analisar se a política cultural proporcionou a expansão da infraestrutura do setor cultural brasiliense

Identificar quais produtos culturais são consumidos pelo usuário

Investigar se houve aumento da acessibilidade e do consumo de produtos e serviços culturais em Brasília

Avaliar o nível de satisfação do usuário da política cultural

Identificar possíveis sugestões de alteração da política pública, propostas pelo usuário

Hipótese

Há grandes chances de a política cultural não garantir o acesso, a difusão e democratização do campo cultural brasileiro. Sem a infraestrutura necessária, provavelmente alguns setores serão privilegiados em detrimento de outros. Acredita-

se que o Vale-Cultura por si só não alcançará os objetivos iniciais esperados pelo governo, pois é um programa elaborado de forma contraditória, em que se busca a democratização por meio da inclusão de parte da população assalariada do país. Possivelmente, medidas adicionais deverão ser tomadas para que o programa desempenhe o que se propõe fazer.

Dados e Metodologia

Para se analisar a elaboração, execução e resultados do Programa Federal "Vale-Cultura" da forma proposta, é necessário dividir a pesquisa em dois momentos. Inicialmente uma discussão teórica se faz necessária para contextualizar o conceito cultura no cenário proposto pela política cultural e verificar a influência da participação estatal na delimitação de cultura brasileira.

Buscando uma melhor compreensão da política cultural e percepções dos beneficiários do programa em Brasília, optou-se por realizar grupos focais. O grupo focal consiste em uma entrevista semiestruturada com um grupo de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão.

Como o enfoque da pesquisa é o usuário do programa, identificou-se a necessidade de aplicar os instrumentos de pesquisa em uma empresa que já tivesse aderido ao Vale-Cultura e seus funcionários já utilizassem esse benefício. A empresa escolhida foi o Banco do Brasil – BB, representada pela Agência Governo Federal e a Gerência de Pessoas Brasília II, ambas situadas em Brasília.

O Banco do Brasil anunciou sua participação no Programa Federal através da Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2014, negociada anualmente entre a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e o Sindicato dos Bancários. A adesão ao Vale-Cultura foi disponibilizada aos funcionários do BB a partir de janeiro de 2014. Porém, nem todos os funcionários são público alvo do programa. O benefício é concedido somente aos funcionários que recebem até cinco salários

mínimos. Além disso, o bancário deve estar em efetivo exercício; em gozo de licença maternidade e/ou paternidade ou afastado em licença saúde por até 15 dias.

Para usufruir do Vale-Cultura no Banco do Brasil, o funcionário deve manifestar seu interesse de adesão ao programa. Ao aderir ao programa, o funcionário autoriza o desconto em sua remuneração do percentual de quatro a dez por cento do valor do benefício disponibilizado (50 reais). O percentual varia de acordo com a faixa salarial do bancário.

O presente trabalho apresenta essa seção inicial introdutória, seguida de quatro capítulos. O primeiro deles versa sobre aspectos teóricos relativos a conceituação de cultura no cenário proposto; segue com um breve histórico sobre como se configurou as políticas culturais no âmbito mundial e no Brasil; e finaliza trazendo elementos que permeiam discussão acerca da intervenção estatal no campo cultural. O segundo apresenta o Vale-Cultura e seu histórico tanto a nível nacional quanto a nível local, ou seja, em Brasília.

O terceiro capítulo aborda aspectos metodológicos da pesquisa, com relação a elaboração do instrumento de coleta de dados utilizados nos grupos focais e a aplicação do instrumento de pesquisa. O último capítulo faz uma análise dos dados obtidos quando da realização dos grupos focais, com referência aos objetivos propostos pela política cultural e à literatura selecionada. As considerações finais trarão comentários conclusivos pautados pelas questões de pesquisa levantadas e pelos objetivos e hipóteses apresentados nessa seção e ao longo do trabalho.

Capítulo 1. Cultura e Políticas Públicas

1.1 Cultura

Conforme exposto anteriormente, existem diversos olhares a respeito do uso conceitual do termo cultura. Nesse trabalho, utilizaremos a abordagem que encara a cultura como sistemas simbólicos. Segundo LARAIA (2007), essa abordagem foi desenvolvida nos Estados Unidos principalmente por dois antropólogos: Clifford Geertz e David Schneider.

GEERTZ (2008) acredita que a Cultura é formada por construções simbólicas, cujos significados estão inseridos num conjunto de símbolos compartilhados:

“O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (p. 4).

Assim, Geertz refuta a ideia iluminista da existência de homem ideal e tenta resolver o paradoxo da variedade cultural humana que contrasta com a unidade da espécie humana. Dessa forma afirma que:

“Na tentativa de lançar tal integração do lado antropológico e alcançar, assim, uma imagem mais exata do homem, quero propor duas ideias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento — costumes, usos, tradições, feixes de hábitos —, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam "programas") — para governar o comportamento. A segunda ideia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle,

extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento” (2008, p.32-33).

O autor enfatiza o conceito de cultura e o papel da cultura através de uma definição do homem que prioriza a especificidade de suas reais realizações às banalidades de seu comportamento. Para ele, a espécie humana é geneticamente apta para receber um programa, denominado cultura. Dessa forma, o autor pontua: “Um dos fatos mais significativos a nosso respeito pode ser, finalmente, que todos nós começamos com o equipamento natural para viver milhares de espécies de vidas, mas terminamos por viver apenas uma espécie” (2008, p.33).

LARAIA (2007) sintetiza o pensamento de Geertz e expõe que para o autor estadunidense, os símbolos e significados são partilhados pelos indivíduos que compõem o sistema cultural entre eles, mas não dentro deles. São públicos e não privados. Cada indivíduo sabe o que fazer em determinadas situações, mas nem todos sabem prever o que fariam nessas situações. Estudar a cultura é, por conseguinte, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.

Outra figura importante que desenvolve o conceito de cultura sob o viés dos sistemas simbólicos é David Schneider. Desenvolveu seus estudos de forma distinta a de Geertz, apesar dos diversos pontos em comum dispostos em suas teorias. Seus esforços foram em direção à compreensão da lógica interna dos sistemas de símbolos e significados, e também através de ideias parecidas com o conceito de estrutura de Claude Lévi-Strauss.

LARAIA⁴ expõe o ponto de vista de Schneider sobre cultura: "Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento. O status epistemológico das unidades ou `coisas' culturais não depende da sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais".

⁴ SCHNEIDER, D. American Kinship: A Cultural Account, 1968, Introdução apud Laraia, Roque B., Cultura Um Conceito Antropológico. 21ª Edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2007.

Porém, todo esse sistema de símbolos e significados não é isento da influência de do poder que permeia as relações em sociedade. O poder simbólico é chave no trabalho desenvolvido pelo francês Bourdieu. Para ele, os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. BOURDIEU (1989) define que:

“É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o esforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (p. 11).

BOURDIEU (1989), acrescenta ainda que os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: integração lógica é a condição da integração moral (p. 10).

Para o autor, o poder simbólico, é poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. É, portanto, um poder consentido, que atua na forma de o indivíduo ver o mundo. Um poder quase mágico que se equipara à força exercida de forma física ou econômica.

Bourdieu cunha o conceito de capital cultural visando teorizar o papel do conhecimento e dos gostos culturais em relação ao processo de formação de classe. Dessa forma, busca estabelecer que as práticas culturais estão ligadas ao nível de instrução, submetidas ao total de capital acumulado, aferidas pelos diplomas escolares ou pelo número de anos de estudo e, secundariamente, à herança familiar. Com isso, ditado popular: gosto não se discute, na verdade, para o autor, o

gosto classifica e distingue; aproxima e afasta aqueles que experimentam os bens culturais.

Entretanto, o capital cultural é mais do que uma subcultura de classe; é tido um recurso de poder que equivale e se destaca de outros recursos, como por exemplo os recursos econômicos. Exatamente por esse motivo, o termo “capital” recebe uma analogia ao poder e ao aspecto prático relacionado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais. O capital cultural se configura, assim, de extrema importância na transmissão de poder e privilégios entre gerações.

BOURDIEU & PASSERON (1982) teorizam sobre como os burgueses franceses conseguiram mobilizar recursos materiais e não materiais para manter o poder e os privilégios transmitindo-os a suas próximas gerações. Através de estudos sobre a educação, afirmam que com a despersonalização do sistema capitalista, que se torna mais corporativo e dessa forma a herança direta da propriedade perde a importância como meio de transmitir a riqueza econômica e o status social. O sistema educacional então passou a ser peça chave como mecanismo de reprodução social, de transmissão de poder e de privilégios entre gerações.

LAHIRE (2006), complementa essa questão da cumplicidade do poder, sob viés da legitimidade cultural, afirmando que:

“Só se pode falar de legitimidade cultural se, e apenas se, um indivíduo, grupo ou uma comunidade crê na importância, e muitas vezes na superioridade, de certas atividades e de certos bens culturais em relação a outros (...) O que marca a distância entre a simples diferença social e uma desigualdade social de acesso a toda uma série de bens, de práticas, de instituições, etc. é exatamente o fato de que, no segundo caso, é preciso lidar com objetos que são definidos coletivamente e de maneira bastante ampla como altamente desejáveis (...) portanto, só existe desigualdade porque há uma forte desejabilidade mantida coletivamente” (p. 39).

Lahire conclui dizendo que os fenômenos de distinção cultural, por sua vez, são indissociáveis de relações desiguais. Porque é a raridade social relativa de um bem ou de uma prática considerada por todos como sendo altamente desejável que determina a força de seu poder de distinção (2006, p. 40).

1.2 Políticas Culturais

Castel, em sua célebre obra *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, esclarece que:

“O Estado Social, poder-se-ia dizer, começa sua carreira quando os notáveis deixam de dominar sem restrições e quando o povo fracassa ao resolver a questão social por sua própria conta. Abre-se um espaço de mediações que dá um novo sentido ao “social: não mais dissolver os conflitos de interesses pelo gerenciamento da moral nem subverter a sociedade pela violência revolucionária, mas negociar compromissos entre posições diferentes, superar o moralismo dos filantropos e evitar o socialismo dos “distributivistas” (2010, p. 345).

Prossegue questionando como a ação do poder público pode impor-se de direito enquanto são excluídas as intervenções diretas sobre a propriedade e sobre a economia. O período da Revolução Francesa até a consolidação da III República demanda um novo tratamento da questão social, do direito ao trabalho se exige direito de trabalho. Determinam um novo Estado. Um estado que interfira na relação capital trabalho, que seja portador e promotor da socialização da propriedade industrial.

O homem passa a ser visto como pertencente a uma coletividade e não mais individualmente. O autor destaca que: “o advento da propriedade social representa uma das conquistas decisivas que se deve à modernidade e reelabora em novos termos o conflito secular entre o patrimônio e o trabalho” (p. 346).

Passando dessa propriedade social do Estado e chegando ao

empreendimento estatal exercido nas políticas públicas culturais, verificamos que há um certo consenso entre os estudiosos sobre o início do que chamamos de políticas culturais na contemporaneidade, sua origem se deu em meados do século XX. FERNANDÉZ (2007)⁵ assinala isso quando diz que:

“Si nos atenemos a los diagnósticos efectuados acerca del nacimiento de las políticas culturales en los países occidentales, puede afirmarse que el período generalmente reconocido como fundacional de aquellas que pueden ser entendidas ya de un modo pleno como políticas culturales sería aquel que se extiende entre la década de los años treinta y los años sesenta del pasado siglo XX” (p. 111).

Como se pode ver, políticas culturais trata-se de objeto de estudo recente. Dessa forma, sua delimitação conceitual não espelha o certo consenso alcançado pelos teóricos quando da delimitação histórica de seu surgimento. Essa falta de consenso pode ser atribuída ao fato de conceitualmente, políticas culturais se deriva de outras duas densas e amplas teorias: Cultura e Política.

CALABRE (2005) conceitua política cultural como um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura (p.9). Entretanto, CANCLINI (2001) desenvolve mais o conceito e define de forma magistral o que seria políticas culturais:

“Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad” (p.65).

⁵ FERNÁNDEZ, X. B. (2007). Acerca de algunos cambios recientes en los escenarios de la cultura: secularización y globalización. In: MORATÓ, ArturoRodríguez (Org.). La sociedad de la cultura. Barcelona: Ariel. apud R U B I M, A. A. C. Políticas culturais e novos desafios. Matrizes, São Paulo, ano 2, nº 2, primeiro semestre de 2009, p. 93-115.

Existiram alguns movimentos iniciados na primeira metade do século passado em que identificamos o início do que podemos chamar de políticas culturais no ocidente. Porém, a que foi mais estudada e possuiu uma densidade maior foi a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, em 1959, sob direção de André Malraux.

Grande parte da ação política desenvolvida pelo ministério foi justificada com base no decreto de 24 de julho do mesmo ano, em que o ministério teria a missão de tornar acessíveis as principais obras da humanidade e, primeiro, da França ao maior número possível de franceses; garantir o mais vasto público para nosso patrimônio cultural e favorecer a criação de obras de arte e do pensamento que o enriqueçam. Segundo LAHIRE (2006), esse pressuposto subsidiou grande parte da ação política de democratização com base da constatação de apropriação cultural por parte da elite parisiense.

RUBIM (2009) diz que o decreto de criação e, mais que ele, as maisons de la culture, projeto prioritário de André Malraux em seus dez anos na direção do Ministério, consolidou o modelo de democratização cultural, que possui como alicerces: a preservação, a difusão e o acesso ao patrimônio cultural ocidental e francês canonicamente entronizado como a cultura.

Acrescenta ainda que, se historicamente a relação entre cultura e política era sempre caracterizada pelo predomínio da finalidade política e pela instrumentalização da cultura, agora acontece uma mudança radical que inaugura uma nova conexão, na qual a cultura era o fim e a política apenas o recurso para atingir este fim.

Após o surgimento das políticas culturais, essas passam a se configurar tema relevante na agenda pública internacional, principalmente com o início da atividade desenvolvida no campo da cultura pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.

Para RUBIM (2009) nesse contexto inicial, a cultura exerce o papel estratégico na construção e/ou consolidação do nacional. Deste modo, a conformação da identidade nacional, operada pelo acionamento da cultura, fundamenta sua centralidade e legitima as políticas culturais:

“A associação entre cultura, estado e identidade nacional é então possível em um instante no qual a nação se constitui no alicerce de organização do sistema mundo e ainda não está sendo colocado em questão pela nova ordem e circunstâncias societárias que estão se configurando e que logo irão marcar a contemporaneidade com uma nova dinâmica, conformada por um outro momento do capitalismo (cognitivo); pela globalização neoliberal (HOBSEBAWM, 1996) e pela proliferação das comunicações e das redes (CASTELS, 1996-1998)”. (RUBIM, 2009. p. 100).

A consolidação do neoliberalismo determina o colapso desta associação, impôs a retração do Estado Social e inibiu sua iniciativa em quase todas as áreas de atuação, inclusive no campo cultural. Há uma disjunção entre as políticas culturais e a questão nacional, o que acarreta o colapso da primeira emergência das políticas culturais no cenário mundial.

O neoliberalismo não se configura hegemônico atualmente. RUBIM (2009) contextualiza esse momento dizendo que o conhecimento; a produção de bens simbólicos; a desmaterialização através da miniatura e da nanotecnologia; enfim, todo um conjunto múltiplo e diversificado de novos processos conforma e, por conseguinte, fornece a marca do novo momento que atualiza a sociedade.

Prossegue dizendo que esse novo momento exige que as políticas culturais devam ser capazes de articular dimensões nacionais, locais, regionais e globais. O nacional deve ser pensado como conformado por seus elementos únicos, mas sempre perpassados por fluxos globais, regionais e locais, ainda que em dinâmicas variadas a depender das conjunturas históricas e sociais.

1.3 Políticas Culturais no Brasil

Com a vinda da corte real de Portugal para o Brasil, em 1808, inicia-se a formação das primeiras instituições culturais no Brasil. Funda-se a Biblioteca Nacional; a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios; a Escola de Comércio; a Academia de Belas-Artes; o Museu Nacional; consolida-se uma imprensa livreira, dentre outros. Esses são os primeiros passos da rede institucional de cultura existente atualmente.

O conjunto de ações governamentais aplicadas no campo cultural no Brasil teve seu início mais efetivo durante o primeiro governo Vargas. Segundo CALABRE (2005), foi o tempo da construção de instituições voltadas para setores em que o Estado ainda não atuava (p.10). CARVALHO (2009) pontua que assiste-se a um investimento significativo no plano simbólico/ideológico com o objetivo de legitimar o projeto nacional do regime (p.21). A exemplo disso, verifica-se a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE e a formação do Instituto Nacional do Livro – INL.

Nesse momento, a área cultural estava sob égide do Ministério da Educação e Saúde – MES e recebeu uma atenção mais especial no período de 1934 a 1945, quando Gustavo Campanema era Ministro. Após 1945 até 1964, a iniciativa privada norteou as grandes ações voltadas para o desenvolvimento da área cultural brasileira.

Com o golpe militar ocorrido em 1964, grande parte dos projetos culturais que estavam em curso foram abandonados. Ao mesmo tempo em que houve um grande esforço estatal na criação e reordenação de instituições culturais, revelando o interesse de se ampliar o papel do Estado no campo da cultura. Esse período histórico é marcado pela repressão e censura; e pela efervescência cultural de grupos enquadrados na contracultura e contrários ao regime e à opressão.

O período de 1964 a 1969 foi marcado por poucos avanços implementados pelo governo no Campo da Cultura. Os únicos fatos a serem destacados foram: a criação do Conselho Federal de Cultura e do Instituto Nacional de Cinema – INC, que incorporou o Instituto Nacional de Cinema Educativo, ambos em 1966.

A intervenção estatal no campo da cultura brasileira ocorreu mais intensamente no governo Médici (1969-1974). Verifica-se nesse período um processo de fortalecimento da Secretaria da Cultura, ainda vinculada ao Ministério da Educação, ministério esse já desvinculado do Ministério da Saúde.

O governo elabora o Plano de Ação Cultural (PAC), em 1973, que se configurou um projeto de financiamento de eventos culturais. O plano estabeleceu como meta a implementação de um calendário de eventos culturais, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema. Além disso, o PAC promoveu um intenso intercâmbio cultural das diversas regiões brasileiras, já que artistas de determinada região se apresentavam em outra.

Durante o governo Geisel (1974-1978) destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Cultura – PNC, elaborado em 1975 e lançado em 1976. O PNC visava a organização de um sistema que permitisse a coordenação da ação de vários organismos no campo da cultura, valorizando a produção cultural nacional. A Fundação Nacional de Arte – FUNARTE foi criada para ser um dos órgãos executores dessas novas diretrizes políticas estatais. A implementação do PAC, seguida pelo PNC, marca a história das políticas culturais brasileiras por ser a primeira vez em que o governo colocou em pauta uma política nacional para o campo da cultura.

Segundo CARVALHO (2009), com a crise do governo militar, o modelo corporativista entra em desequilíbrio, associado a dois processos que marcam a década de 1980: a luta pela democratização e a crise econômica (p. 23). Em 1985, o Ministério da Cultura é criado perdendo grande parte de suas verbas que ficaram vinculadas ao Ministério da Educação. CALABRE (2005) ressalta que o estabelecimento de um novo ministério veio acompanhado de uma série de

problemas, tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, dentre outros (p. 15).

Quando da gestão do Ministro Celso Furtado, em 1986, o presidente Sarney promulgou a lei nº 7.505, primeira lei federal de incentivo à cultura, também conhecida como Lei Sarney. A medida buscava atrair investimentos privados para o financiamento de cultura por meio do mecanismo de renúncia fiscal. Essa ação fortaleceu a concepção liberal da gestão cultural. A Lei Sarney sofreu inúmeras críticas tanto por sua gestão quanto por permitir a condução das ações culturais a cargo do mercado, sendo extinta em 1990.

Em 1988, a nova Constituição Federal foi promulgada e constituiu-se um marco na história brasileira por diversificar e pluralizar a representação dos interesses dos cidadãos e garantir sua participação direta. Além disso, um novo arcabouço legal obrigou a repartição das receitas entre governo federal, Estados e municípios proporcionando a ampliação nos investimentos culturais.

A gestão do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi catastrófica com relação às instituições públicas e com a cultura não seria diferente. Todo o trabalho realizado durante décadas foi interrompido de maneira drástica. O Ministério da Cultura e diversos órgãos da administração federal foram extintos.

A década de 90 ficou conhecida como a década das leis de incentivo à cultura. Em 1991, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, por meio da Lei nº 8.313, mais conhecida como Lei Rouanet em referência ao então Secretário da Cultura Sérgio Paulo Rouanet. Após o processo de destituição de Collor de Mello, seu sucessor Itamar Franco recriou o Ministério da Cultura e algumas instituições que haviam sido extintas, em 1992.

A gestão Fernando Henrique Cardoso enalteceu o mercado, em detrimento da identidade nacional, no núcleo de sua atuação cultural, através das leis de incentivo à cultura. Tais leis, de imediato, ocuparam quase integralmente o lugar das políticas de financiamento e tomaram o espaço das políticas culturais. A Lei Rouanet foi

aperfeiçoada e, como já dito, a participação estatal no fomento do setor cultural foi reduzida e essa responsabilidade foi repassada à iniciativa privada.

CALABRE (2007) conclui que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado.

Essa regulação privada de recursos públicos, uma vez que os recursos advindos da Lei Rouanet são fruto de renúncia fiscal estatal, proporciona a reprodução social do poder no campo da cultura, amplia as desigualdades de acesso, tanto ao produtor quanto ao consumidor, conservando a estrutura social desigual do país.

A partir de 2003, quando Lula assumiu o poder, o Estado tem feito uma ruptura com a concepção neoliberal nas políticas públicas culturais empreendidas desde a década de 1980. O conceito de cultura passa a ser visto sob olhar antropológico e há uma preocupação do governo em promover a democratização do acesso, da gestão e das políticas públicas. Além disso, a cultura passa a ser encarada como ponto estratégico para o desenvolvimento do país, sendo vista como direito fundamental e necessidade básica do cidadão tão importante quanto outras áreas, como saúde e educação.

Dentre as diversas ações efetuadas pelo Estado desde a gestão de Lula (2003-2010), se estendendo pelo governo Dilma (2011-atualidade), destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Cultura – PNC, que estabelece metas culturais a serem alcançadas; o Sistema Nacional de Cultura – SNC, que consiste em um sistema que pretende dar organicidade, racionalidade e estabilidade às políticas de cultura; o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, que reúne informações que dão subsídios à formulação de políticas culturais; o Programa Cultura Viva, que visa garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural e o Vale-Cultura, que propõe a inclusão do consumo cultural na cesta básica do trabalhador.

Podemos dividir a política cultural brasileira em quatro momentos. O primeiro deles corresponde a uma busca de identidade nacional. O segundo marcado pelo autoritarismo e busca pela consolidação do regime militar. No terceiro momento há uma ausência na intervenção estatal no campo cultural, tarefa essa repassada para o setor privado. E no último momento a cultura é vista como estratégica para o desenvolvimento do país. Toda a evolução histórica vista no país reflete como as dinâmicas estatais para a cultura se configuraram mundialmente.

1.4 Deve o Estado interferir na Cultura?

Identifica-se uma grande discussão teórica acerca da intervenção estatal no campo cultural. Seria o Estado responsável pela cultura ou o mercado? MARTOS e QUITERO (2011) realizam uma revisão de literatura sobre o assunto e contrapõem os dois lados:

“De un lado, el planteamiento de que el arte y la cultura, a pesar de reconocerle su importancia para la sociedad, no presenta características excepcionales que la diferencien de otros bienes. Por tanto el arte y la cultura pueden existir sin el apoyo del gobierno, como cualquier otro bien en el mercado. De otro lado, el planteamiento de que el arte y la cultura son ingredientes clave para la vida en sociedad y contribuyen a dar calidad y sentido a la vida, en este contexto la experiencia estética derivada del consumo cultural genera externalidades positivas.” (p. 202)

SIMÕES e VIEIRA (2010) apimentam ainda mais o embate analisando a influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil. Para eles, o papel do Estado vem sendo significativo no desenvolvimento dos campos organizacionais da cultura, seja por meio do poder coercitivo que exerce, seja por meio da dependência de financiamento e legislações de incentivo que proporciona.

Pode-se questionar se não seria o Estado o responsável original pela incorporação da lógica gerencialista e de mercado pelo campo da cultura, uma vez

que o próprio Estado incorporou tal lógica e vem atribuindo ao mercado um papel que originalmente era seu. Parece evidente a dificuldade em se estabelecer os limites do campo da cultura, uma vez que existem configurações estaduais, locais ou federais podem ser estabelecidas de diversas formas, de acordo com a área da cultura que se pretende priorizar.

A política cultural abrange leis, normas e programas que visam a geração, acesso e difusão de valores e experiências culturais por parte de governos, empresas e indivíduos. Conta com diversos instrumentos para atingir seus objetivos como subsídios, deduções fiscais, financiamento estatal, leis e normas, patrocínio e filantropia.

Um dos problemas fundamentais dos bens artísticos é traduzir o valor estético em valor econômico. Dentre os pensadores econômicos que defendem que o campo cultural deve ser definido pela iniciativa privada é Adam Smith. MARTOS E QUITERO (2011) ponderam que Smith considerou que as artes oferecem prazer aos indivíduos e aumentam as possibilidades do pensamento crítico na sociedade (p. 199).

Assim, a fundamentação da não intervenção estatal defendida por Smith se baseia no fato de o governo poder limitar o desenvolvimento do pensamento criativo dos indivíduos através da censura e da influência estatal que o governo pode exercer nas decisões dos indivíduos, moldando-as às suas próprias vontades.

Contraopondo essa concepção, existem os que defendem a intervenção estatal e fomento do campo cultural. Sua fundamentação se justifica pelo fato de o mercado falhar em sua produção e/ou distribuição de bens culturais. Essas falhas podem ocorrer em consequência da precificação de um serviço ou produto cultural, das preferências dos indivíduos, da distribuição de renda, a disponibilidade de informação ou uma combinação de fatores que implicam em uma produção inferior a desejada, o que pode impedir o consumo de uma parte da população, limitar a variedade de bens e serviços ou a qualidade dos produtos.

Além disso, os bens culturais não se resumem somente em um valor de mercado atribuído. Há de se levar em conta a importância histórico-cultural que esse bem desempenha em determinada sociedade e como ele se configura em uma propriedade coletiva. Ainda há risco de apropriação da produção cultural por uma parte da população, o que transforma o público em privado.

Nesse sentido, CASTEL (2010) desenvolve o importante conceito da propriedade social. Para ele, a reformulação da questão social vai consistir em não abolir a oposição proprietário-não proprietário, mas em redefini-la, isto é, em justapor à propriedade privada um outro tipo de propriedade, a propriedade social, de modo que se possa continuar fora da propriedade privada sem estar privado de seguridade (p. 386-387).

LAHIRE (2006), enfatiza a questão das desigualdades de acesso. Para ele, o que faz diferença entre as diversas ordens legítimas de sua força social ou sua potência relativa, isto é, sua capacidade de se impor a um número maior ou menor de indivíduos. Desse ponto de vista, as ordens culturais, em seu conjunto dispõem de meios de difusão e de imposição extraordinariamente desiguais (p. 56). E esse é um dos motivos que há a defesa de uma intervenção estatal na cultura para promover o acesso.

Percebe-se que o debate conceitual é extenso e recheado de argumentos prós e contra a intervenção estatal na cultura. Não é objetivo desse trabalho tomar partido de algum dos lados, apenas situar o leitor no debate e fornecer subsídios que possam fundamentar sua análise sobre o assunto.

Capítulo 2. O Vale-Cultura

2.1 Histórico do Programa

O Programa de Cultura do Trabalhador, destinado a fornecer aos trabalhadores meios para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura foi sancionado pelo Congresso Nacional por meio da Lei 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu o programa, sob a gestão do Ministério da Cultura. Porém, a Lei foi regulamentada somente em 26 de agosto de 2013, através do Decreto nº 8.084. Logo após a regulamentação da política cultural, a Instrução Normativa nº 02, de 04 de setembro de 2013, estabeleceu normas e procedimentos para a gestão do Vale-Cultura.

Em 16/04/2015, o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram oficializou a adesão ao Vale-Cultura, através da Portaria nº 120. Segundo previsto pela portaria, será franqueada a entrada, mediante apresentação do cartão magnético do Programa Vale-Cultura, a cada usuário credenciado e até dois acompanhantes por visitação às unidades da rede Ibram, que incluem alguns dos museus brasileiros com maior visitação. Através dessa política cultural, o Governo pretende democratizar, difundir e fomentar o campo cultural brasileiro.

O Vale-Cultura é um benefício semelhante ao Vale-Alimentação, em que por meio de cartão magnético pré-pago, válido em todo território nacional, se disponibiliza o valor de 50 (cinquenta) reais mensais aos trabalhadores de carteira assinada, que recebam até 5 (cinco) salários mínimos mensais, para que consumam serviços ou produtos culturais. O valor do benefício poderá ter descontado de sua remuneração o percentual máximo de 10% (dez por cento) do valor do Vale-Cultura, na forma definida em regulamento.

Os trabalhadores com renda superior a 5 (cinco) salários mínimos poderão receber o Vale-Cultura, desde que garantido o atendimento à totalidade dos empregados com a remuneração mínima prevista. Logo, terão descontados de sua remuneração percentuais entre 20% (vinte por cento) e 90% (noventa por cento) do

valor do benefício, de acordo com a respectiva faixa salarial.

Nos termos de seu artigo 2o, o Programa de Cultura do Trabalhador tem os seguintes objetivos: I - possibilitar o acesso e a fruição dos produtos e serviços culturais; II - estimular a visitação a estabelecimentos culturais e artísticos; e III - incentivar o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos.

Para tanto, a legislação definiu como serviços e produtos culturais, respectivamente: atividades de cunho artístico e cultural fornecidas por pessoas jurídicas, cujas características se enquadrem nas áreas culturais previstas no § 2o; e materiais de cunho artístico, cultural e informativo, produzidos em qualquer formato ou mídia por pessoas físicas ou jurídicas, cujas características se enquadrem nas áreas culturais previstas no § 2o.

O parágrafo 2o considera como áreas culturais: I - artes visuais; II - artes cênicas; III - audiovisual; IV – literatura, humanidades e informação; V - música; e VI - patrimônio cultural. O vale-cultura é de caráter pessoal e intransferível, válido em todo o território nacional, para acesso e fruição de produtos e serviços culturais, no âmbito do Programa de Cultura do Trabalhador. Será confeccionado e comercializado por empresas operadoras, disponibilizado aos usuários pelas empresas beneficiárias para ser utilizado nas denominadas empresas recebedoras.

Para os efeitos da Lei, entende-se por: I - empresa operadora: a pessoa jurídica cadastrada no Ministério da Cultura, possuidora do Certificado de Inscrição no Programa de Cultura do Trabalhador e autorizada a produzir e comercializar o vale-cultura; II - empresa beneficiária: pessoa jurídica optante pelo Programa de Cultura do Trabalhador e autorizada a distribuir o vale-cultura a seus trabalhadores com vínculo empregatício; III - usuário: trabalhador com vínculo empregatício com a empresa beneficiária; e IV - empresa recebedora: pessoa jurídica habilitada pela empresa operadora para receber o vale-cultura como forma de pagamento de serviço ou produto cultural.

A pessoa jurídica inscrita no Programa de Cultura do Trabalhador como

beneficiária, poderá deduzir o valor despendido a título de aquisição do vale-cultura como despesa operacional para fins de apuração do imposto sobre a renda, desde que tributada com base no lucro real. Deverá adicionar o valor deduzido como despesa operacional, de que trata o § 2o, para fins de apuração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Importante frisar que a parcela do valor do vale-cultura cujo ônus seja da empresa beneficiária não tem natureza salarial nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não sendo, portanto, considerada como salário in natura. Tampouco constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

2.2 Histórico do Programa em Brasília

A implementação Vale-Cultura no Distrito Federal ocorreu concomitantemente com o restante do país. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Cultura – MinC à pesquisadora, Anexo I, desde a implementação da política cultural, ocorrida no final de 2013, até abril de 2015, 424.491 trabalhadores aderiram ao Vale-Cultura em todo o país. Ressaltamos que utilizamos os dados até abril de 2015, apesar de o MinC disponibilizar dados até junho de 2015 nas tabelas, por conta desses dados serem consolidados, segundo informações prestadas pelo próprio Ministério em reunião realizada pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Controle e Avaliação, realizada em 28.04.2015. A partir desse período, identificam-se apenas dados parcialmente apurados pelo ministério.

Do total dessas adesões, 9.606 ocorreram no Distrito Federal, o que corresponde a aproximadamente 2,26% da totalidade de adesões no país. Se recortamos a totalidade de adesões ocorridas somente na região Centro Oeste, 26.820, o número de adesões realizadas no Distrito Federal corresponde a aproximadamente 35,81% do total da região.

Podemos observar que é ínfimo o número de adesões ocorridas em 2013,

somente seis em todo o país. A partir do acordo coletivo de trabalho firmado entre os Bancos e o Sindicato dos Bancários e a adesão dos Correios ao programa federal, observamos uma explosão do número de adesões no ano de 2014, a totalidade de 371.454.

Quanto ao consumo, 2.306.136 produtos e serviços culturais foram consumidos pelos usuários do Vale-Cultura, até abril de 2015, em todo o país. Dessa quantia, 115.385 correspondem aos produtos e serviços consumidos na região Centro-Oeste e 46.349 refere-se ao consumo somente no Distrito Federal. O consumo no Distrito Federal corresponde a 2% do total verificado no país e aproximadamente 40,16% do total de produtos e serviços consumidos na região Centro Oeste. Como observado na adesão de trabalhadores ao programa Federal, constata-se um aumento expressivo no consumo a partir do ano de 2014.

O total de empresas que aceitam o Vale-Cultura como forma de pagamento de seus produtos e serviços, as chamadas empresas receptoras, foi de 38.431 em todo o país. Da quantidade total, 3.533 empresas são cadastradas na região Centro Oeste e 833 no Distrito Federal. A região que possui o maior número de empresas receptoras cadastradas foi a Sudeste, que abrange 25.383 empresas e corresponde a aproximadamente 66,04% do total de empresas cadastradas no Brasil.

Capítulo 3. Aspectos Metodológicos

3.1 Elaboração do Instrumento de Coleta de Dados

Para a aplicação do grupo focal, deve-se obter um roteiro de discussão. O roteiro fornece a base para que o pesquisador possa explorar, investigar e fazer perguntas. A utilização de um roteiro aumenta a abrangência dos dados e torna a coleta de dados mais eficiente.

O roteiro elaborado, Anexo II, foi dividido em três grandes tópicos: contextualização e verificação conceitual do Vale-Cultura; acessibilidade da política cultural e avaliação do programa Vale-Cultura. Esses tópicos refletem os temas a serem estudados e nortearam a elaboração das perguntas utilizadas no estudo.

O instrumento é composto de poucos itens, o que permite flexibilidade para dar prosseguimento a temas não previstos, porém relevantes. Na elaboração das questões levou-se em consideração a evolução dos temas. Assim, as primeiras questões discutidas possuíam um caráter geral e de abordagem fácil, para permitir a participação imediata de todos. Perguntas mais diretas e específicas apareceram no final de cada bloco.

Evitou-se formular perguntas cujas respostas seriam sim ou não, porque não estimulam o debate. Evitou-se também a utilização de perguntas do tipo “por que”, pois, colocam as pessoas na defensiva e as obrigam a se posicionar do lado politicamente correto em perguntas controversas e polêmicas.

Assim, o roteiro de discussão englobou perguntas abertas que permitem ao indivíduo que se expresse livremente, além da possibilidade de adicionar detalhes que podem resultar em descobertas inesperadas.

3.2 Aplicação dos Grupos Focais

Conforme exposto anteriormente, o Banco do Brasil faculta a adesão ao Vale-Cultura somente a funcionários que recebem até cinco salários mínimos. Os cargos que englobam o público-alvo do programa na instituição bancária são: escriturários, assistentes operacionais e assistentes negociais. Cabe ressaltar que, caso o funcionário faça hora-extra ou tenha outros complementos salariais, o mesmo poderá não se enquadrar mais como alvo do programa, já que receberá mais que o limite de cinco salários mínimos, mesmo desempenhando essas funções.

Levando esse fato em consideração, a hipótese de se fazer um sorteio aleatório dentre a amostra de dependências bancárias no Distrito Federal foi descartada, uma vez que existem dependências que possuem 3 ou menos funcionários com esses cargos. Outro fato que corroborou para o recorte realizado foi a delimitação da quantidade mínima e máxima de participantes por grupo focal.

Recomenda-se que para a aplicação dessa técnica de pesquisa não se utilize um grande número de participantes, visando incentivar a interação entre os membros. Limitou-se o mínimo de cinco e o máximo de sete funcionários por grupo focal. As dependências que não possuíam a quantidade mínima de bancários público-alvo da política cultural foram excluídas da amostra.

Outros dois fatores foram cruciais para delimitar a amostra utilizada: o horário de expediente bancário e a jornada de trabalho dos funcionários. As agências bancárias que atendem ao público externo funcionam, normalmente, das 11h às 16h. Porém, a jornada de trabalho dos funcionários que fazem jus ao Vale-Cultura geralmente é de 11h às 17:15h.

As agências bancárias que detinham a quantidade mínima de funcionários com acesso ao Vale-Cultura são agências de grande porte, portanto muito demandadas pelo público. Por conta disso, atendimento aos clientes é estendido para além das 16h, porque mesmo com o fechamento da agência, ainda existem muitas pessoas que entraram antes do horário limite e ainda aguardam atendimento. Dessa forma, a aplicação do instrumento de pesquisa se daria em um

horário que não correspondesse à jornada de trabalho.

Entretanto, alguns entraves afetariam a pesquisa como: conciliar horários dos participantes da pesquisa, local para aplicação do grupo focal e, principalmente, o estado físico e emocional dos bancários. A aplicação do instrumento de pesquisa antes do expediente poderia levar o funcionário a ficar ansioso pelo término do grupo focal. Além disso, um grupo focal se encerra somente quando a discussão sobre as questões se dá por esgotada pelos seus participantes, poderia assim, ultrapassar o horário de entrada do funcionário em seu serviço. A aplicação do grupo focal após a jornada de trabalho poderia ser influenciada pela exaustão dos participantes, o que sem dúvida afeta a motivação e a explanação do grupo sobre o tema.

Visando concatenar essas diversas questões e definir a amostra a ser utilizada, delimitou-se as dependências do Banco do Brasil em Brasília que possuíam pelo menos dez funcionários público alvo do programa, o dobro do mínimo de participantes, e que não atendiam público externo. Normalmente nesses locais a jornada de trabalho desses funcionários é de 9h às 15:15h ou das 11:45h às 18h.

Inicialmente optou-se por realizar um grupo focal piloto para testar o roteiro de discussão elaborado. O piloto possibilitaria avaliar o instrumento de pesquisa e efetuar ajustes que se fizessem necessários. Para tanto, a Agência Governo, situada no Setor Bancário Norte, foi escolhida. Os motivos que nortearam a escolha foram: a facilidade de acesso entre a pesquisadora e a dependência; a quantidade de funcionários público-alvo do programa; o fato de a agência não prestar atendimento ao público em sua dependência, já que os gerentes atendem aos órgãos federais em seus endereços; o horário de jornada dos bancários, que não obedece ao expediente bancário (os funcionários trabalham das 9h às 15:15h ou das 11:45h às 18h).

Após a aplicação do piloto, o instrumento de pesquisa foi validado sem sofrer alterações, já que o resultado obtido correspondeu com os pressupostos pretendidos pela pesquisa. Partiu-se, então, para a aplicação de outro grupo focal e como a

Agência Governo Federal possuía muitos funcionários que utilizam o Vale-Cultura e identificou-se uma grande abertura institucional por parte da gerência, a mesma dependência foi escolhida para a aplicação do segundo grupo focal.

Já a aplicação do terceiro grupo focal, utilizou-se o recorte da amostra conforme pontos apresentados no início dessa seção. Todas as dependências que obtinham bancários público-alvo do programa em quantidade abaixo do mínimo delimitado foram excluídas da amostra. Aquelas que obtinham a quantidade mínima mas prestavam atendimento ao público em horário do expediente bancário, também foram excluídas. Existia, ainda, dependências denominadas Plataforma de Suporte Operacional – PSO que englobava diversos caixas executivos que prestavam serviços em diversas agências bancárias. Esses PSO's foram excluídos da amostra por inviabilizar a aplicação do grupo focal. Primeiro, por aglomerar diversos funcionários que trabalham fisicamente em diversas localidades do Distrito Federal. Segundo, porque esses bancários trabalham em horário de expediente bancário, o que prejudica a eficácia do instrumento, por motivos já expostos.

Restaram apenas cinco dependências que se enquadravam no recorte proposto. Sorteou-se três delas e a pesquisadora convidou-as para a participação da pesquisa. A Gerência de Pessoas Brasília II foi a mais ativa dentre elas. A gerência autorizou a pesquisa em sua dependência imediatamente. Uma outra dependência solicitou que a pesquisa fosse submetida a outras instâncias institucionais buscando sua autorização, mesmo depois da pesquisadora explicar que o objeto da pesquisa era o programa federal Vale-Cultura e não utilizaria dados da empresa pública para fins de pesquisa. A terceira dependência não respondeu a solicitação formal para a aplicação do instrumento de pesquisa. Dessa forma, a Gerência de Pessoas Brasília II, situada no Setor Comercial Sul, foi escolhida para a aplicação do terceiro grupo focal.

O primeiro procedimento adotado para a aplicação dos grupos focais na instituição bancária foi consultar a gerência das dependências e verificar a possibilidade de realização da pesquisa com seus funcionários. Adotou-se essa postura visando facilitar a abertura institucional para a aplicação da pesquisa.

Nesse primeiro contato, explicou-se os objetivos da pesquisa, qual seria o público alvo do trabalho, o instrumento de pesquisa utilizado, o tempo demandado dos participantes para a aplicação do grupo focal e solicitou-se a disponibilização de um espaço reservado, como por exemplo uma sala de reuniões, para a aplicação do instrumento de pesquisa.

Os funcionários foram convidados a participar da pesquisa por meio de correspondência eletrônica, enviada para o e-mail institucional dos bancários. O recrutamento dos participantes do grupo focal deve espelhar o máximo possível o grupo o qual irá representar. Porém, optou-se por solicitar voluntários e, caso a quantidade mínima de cinco voluntários não fosse atingida, partir-se-ia para o recrutamento de participantes.

Nos dois primeiros grupos focais o recrutamento por meio eletrônico foi bem-sucedido e a quantidade mínima de participantes foi atingida. No terceiro grupo focal, seis pessoas se voluntariaram a participar do instrumento de pesquisa. Porém, quatro bancários elegeram o período da manhã e dois o período da tarde como melhor horário para a aplicação do instrumento. Dessa forma, optou-se por aplicar o grupo focal no período matutino, por contemplar um maior número participantes e o recrutamento de outros bancários se deu in loco. Mais um bancário se dispôs a participar e o grupo focal foi realizado.

Antes de iniciar as perguntas do roteiro, a moderadora pediu permissão aos participantes para efetuar a gravação do grupo focal. Após a autorização dos funcionários, a pesquisadora fazia uma breve contextualização sobre o tema e explicava como funcionaria o grupo focal. Após isso, solicitava aos participantes que se apresentassem dizendo seu nome, o sexo, a idade, o bairro onde morava e o nível de escolaridade.

3.2.1 Agência Governo Federal

A gerencia foi bem receptiva e autorizou a realização do grupo focal. Solicitou apenas que o instrumento de pesquisa fosse aplicado durante a última hora do expediente bancário, que no caso seria após às 17h.

A Agência Governo Federal possuía 35 funcionários em 26/06/2014, quando da aplicação do primeiro grupo focal, desses, 23 eram público alvo da política cultural: 11 mulheres e 12 homens. Felizmente cinco funcionários, duas mulheres e três homens, se propuseram voluntariamente a participar da aplicação do instrumento de pesquisa.

Essa amostra refletiu proporcionalmente o número de homens e mulheres público alvo do programa que trabalhavam na Agência. A média de idade dos participantes foi de 27 anos. Três bancários possuíam nível superior e dois estavam em fase final de graduação. Todos residiam a menos de 20 Km de distância do centro de Brasília.

O local escolhido para a aplicação do instrumento de pesquisa foi a sala de reunião da Agência. Os critérios estabelecidos para a escolha dessa sala foram: a privacidade que o ambiente proporciona, o conforto já que todos podem se sentar, o ambiente é livre de ruídos sonoros e a acessibilidade aos participantes.

Ao adentrar a sala, a pesquisadora evitou sentar nas pontas da mesa retangular para transmitir uma maior proximidade com os presentes. Todos os participantes desse primeiro grupo focal possuíam o mesmo nível hierárquico. Isso evita possíveis ajustes de conduta e minimiza tensões no grupo.

Após essa breve introdução, a moderadora solicitou aos participantes que se apresentassem dizendo seu nome, o sexo, a idade, o bairro onde moravam e o nível de escolaridade. Após as apresentações, o grupo focal foi iniciado com o bloco de perguntas relacionadas a contextualização e verificação conceitual do programa.

A primeira pergunta efetuada consistia em questionar o que era o Vale-Cultura

para eles. O objetivo dessa pergunta era captar as percepções do usuário sobre o programa. Após segundos de silêncio, primeira resposta foi “um benefício”, logo depois outro participante explicitou que para ele era um incentivo do Governo para promover o consumo de algo que não era muito demandado pela população brasileira. Houve uma pequena discussão sobre essa percepção apontada. Alguns participantes discordam da questão sobre demanda. Para eles, existe a demanda, mas pode não ser o suficiente. Dessa forma, caberia ao Governo estimular o setor.

A fim de obter a percepção do usuário sobre o significado do programa para suas vidas, a pesquisadora solicitou que os participantes informassem qual o significado do Vale-Cultura para elas. Inicialmente as respostas espelhavam os produtos que foram consumidos com o benefício, como por exemplo, livro e cinema.

Um participante trouxe algo novo, disse que para ele o programa era um instrumento de consumo e ao mesmo tempo um objeto de promoção cultural, uma vez que com os produtos comprados também podem ser fonte de cultura, como por exemplo instrumentos musicais. Além disso, quando se consome um produto cultural e as pessoas comentam sobre esse produto, isso também é um fator gerador de cultura, na visão dele.

Quando indagados sobre como ficaram sabendo da política cultural, a maioria dos presentes responderam que ficaram sabendo por vias institucionais do Banco. Apenas um participante disse que ficou sabendo por jornais antes da adesão do BB ao Vale-Cultura. Sobre os produtos que podem ser consumidos com o benefício, todos os participantes disseram que sabiam os produtos que podem ser consumidos.

Sobre a opinião dos participantes a respeito dos produtos permitidos para o consumo cultural, os bancários explicitaram frustração em não conseguir efetivar compras de produtos que o programa permite consumir, porque as empresas que fornecem esses produtos não estão preparadas para aceitar o pagamento por meio do cartão Vale-Cultura. Para eles, a aceitação é difícil. Mas avaliam que a dificuldade pode ser atribuída ao pouco tempo da execução do programa.

Para a maioria o Vale-Cultura não é democrático, tanto dentro do Banco, pois nem todo o funcionário tem acesso ao benefício, quanto a nível do país. Para eles todos deveriam obter acesso igualitário ao benefício. Houve uma observação pertinente quanto ao uso desigual do benefício, já que a aceitação varia de cidade para cidade.

Majoritariamente os produtos consumidos pelos usuários são fornecidos por grandes livrarias. As únicas exceções são cinema e instrumentos musicais, porém também foram adquiridos em lojas de grande porte preparadas para receber com o cartão do benefício. Sobre como eles ficaram sabendo onde podiam fazer uso do benefício, a maioria respondeu que o conhecimento veio por meio da divulgação das empresas (livraria Cultura ou Saraiva). Apenas um participante obteve a informação por meio do site do Ministério da Cultura.

Os usuários obtiveram muita dificuldade em utilizar o benefício em teatros, cinema e shows por conta do despreparo das empresas para receber o pagamento por meio do crédito proveniente do cartão. Em alguns momentos, os alguns participantes atribuíram a dificuldade de utilização do benefício por conta da fraca oferta cultural de Brasília, porém a maioria discordou plenamente. Uma das participantes falou: “se eu sentar aqui agora com você eu lhe dou pelo menos umas quinze peças que estão acontecendo só hoje e diversas manifestações culturais”.

Nessa parte o grupo focal foi muito produtivo. Apesar de a pesquisadora evitar questões que induzissem os usuários a respostas sobre a delimitação estatal de cultura para o programa, e assim promoverem a exclusão de vários itens como jogos, filmes pagos pela internet e canais fechados, naturalmente o grupo abordou essa discussão.

Para o grupo, o Governo não tem nenhum embasamento para afirmar o que é não é cultura. Apesar da necessidade de delimitação do Governo para o uso do benefício, é muito perigoso a afirmação de que determinadas expressões são ou não culturais, por conta de juízos de valor que podem ser atribuídos. Para eles,

deveria haver estudos mais aprofundados sobre o tema.

A avaliação do programa feita pelo grupo foi no sentido de que é um bom começo, mas pode melhorar. Deve-se aprimorar o programa, ampliar a rede de aceitação, rever o conceito de cultura empregado. A avaliação do benefício foi muito positiva, a única alteração que sugeriram foi o aumento do valor disponibilizado no cartão Vale-Cultura.

O segundo grupo focal realizado na mesma Agência do Banco do Brasil em 28/10/2014. A alteração do quadro de funcionários em Agências do BB é relativamente alta. Como houve um intervalo de aproximadamente quatro meses entre a aplicação de um instrumento e outro, ocorreu uma alteração na proporção da amostra de funcionários público alvo da política cultural.

Dos 35 funcionários lotados na Agência, 24 pertenciam ao público alvo do programa, 11 homens e 13 mulheres. Porém, como quatro desses funcionários já haviam participado do primeiro grupo focal realizado, foram excluídos da amostra. Dessa forma, a amostra de trabalhadores utilizada efetivamente foi de 9 homens e 11 mulheres.

O procedimento de recrutamento de voluntários foi o mesmo, ou seja, via envio de e-mail corporativo aos trabalhadores da Agência. Como antes, evitou-se a escolha de pessoas deliberadamente. Caso a quantidade mínima de participantes não fosse atingida, a estratégia de recrutamento seria revista.

Nessa segunda aplicação do instrumento de pesquisa novamente cinco funcionários se dispuseram a participar desse segundo grupo focal, três mulheres e dois homens. Mais uma vez a amostra refletiu a proporção entre homens e mulheres. A média de idade dos participantes foi de 30 anos. Três bancários possuíam pós-graduação e dois nível superior. Todos residiam a menos de 15 Km de distância do centro de Brasília.

O local escolhido para a aplicação do instrumento de pesquisa foi o mesmo

utilizado anteriormente, ou seja, a sala de reuniões da Agência, assim como os procedimentos metodológicos efetuados no primeiro grupo focal também foram os mesmos. Mais uma vez todos os funcionários possuíam o mesmo nível hierárquico.

Após a explicação dos objetivos pretendidos ao se aplicar o grupo focal, a pesquisadora solicitou aos participantes que se apresentassem dizendo seu nome, o sexo, a idade, o bairro onde moravam e o nível de escolaridade. Após as apresentações, o bloco de perguntas contendo a contextualização e verificação conceitual do programa foi iniciado.

A primeira pergunta sobre o que é o Vale-Cultura para você foi efetuada. Após poucos instantes de silêncio, um bancário respondeu que para ele significava acessibilidade, pois, na sua perspectiva, facilitou muito a aquisição de livros e materiais muito importantes. Outra participante respondeu que significava incentivo à diversão. Outro voluntário concordou que o Vale-Cultura incentiva o acesso à cultura.

Uma outra voluntária contribuiu dizendo que além de ser muito importante para a disseminação de cultura para sua família, o programa federal é uma forma de valorizar a cultura. Nesse momento o grupo focal foi interrompido pela primeira vez, quando o gerente geral da Agência adentrou a sala de reunião, fez alguns comentários e saiu em seguida. Terminando a exposição sobre a conceituação do programa para os bancários, todos os participantes frisaram bem que o Vale-Cultura significa acesso, incentivo e valorização da cultura.

Sobre a forma em que os beneficiários ficaram sabendo do programa cultural, a maioria dos participantes informaram que o acesso a essa informação se deu por meio da mídia (televisão, jornal ou rádio), somente depois desse contato inicial obtiveram a informação por vias institucionais do Banco. Um voluntário informou que obteve a informação por meio de colegas de trabalho e outro através dos meios de comunicações oficiais corporativos.

Quando questionados se tinham o conhecimento dos produtos que poderiam adquirir com o cartão do Vale-Cultura, inicialmente ficam confusos. Uns diziam que

sabiam outros disseram que nem todos os lugares aceitavam o pagamento com o benefício. A pesquisadora esclareceu um pouco mais o teor da pergunta e questionou se eles sabiam o que poderiam comprar com o benefício.

Os bancários disseram vários produtos que são contemplados pelo programa e trocaram informações sobre o que poderiam comprar, esclarecendo dúvidas sobre a impossibilidade de consumir produtos eletrônicos com o benefício, mesmo em livrarias. Aqui cabe frisar que essa confusão e a troca de informações sobre os produtos que cabem ou não no cartão, demonstra que a divulgação dos produtos culturais contemplados pelo Vale-Cultura não estava totalmente clara.

O tema seguinte abordado no grupo focal seria a opinião dos usuários sobre os produtos e serviços que podem ser consumidos com o Vale-Cultura. A maioria avaliou positivamente a lista de produtos e serviços culturais delimitados pelo programa. Uma funcionária falou que “é produtos e serviços, acho que se adequam ao que o Vale-Cultura propõe”.

A pesquisadora instigou os funcionários e perguntou se esses produtos se adequavam às suas necessidades. Os participantes informaram que os produtos se adequam às suas necessidades, porém houve ressalvas quanto a dificuldades iniciais ao acesso aos produtos e serviços, já que a infraestrutura cultural brasileira e as empresas não estavam preparadas para aceitar o benefício como pagamento.

Finalizando o primeiro bloco de perguntas, questionou-se aos usuários se eles acreditavam que o Vale-Cultura era democrático. Após alguns segundos de silêncio, seguidos de risos, um participante expôs que acreditava que era parcialmente democrático, pois ele não atinge a todas as parcelas da população, por conta da restrição da renda.

Instaurou-se um debate sobre a necessidade de acesso ao benefício de pessoas com a faixa salarial mais alta. Uns defenderam que as pessoas que recebem uma remuneração mais elevada não necessitavam de uma política social que proporcionasse o acesso e incentivo ao consumo. Outros disseram que

independente do quanto se ganha, o benefício poderia incentivar o acesso à cultura a todas as pessoas.

Ressaltou-se, mais uma vez que essa restrição da faixa salarial de até cinco salários mínimos foi imposta pela instituição bancária. Ao se depararem com o fato de que após o acordo coletivo 2014/2015 poderiam perder o direito ao benefício, por conta do aumento salarial negociado, frisaram ainda mais o quanto o Vale-Cultura não é democrático.

A pesquisadora esclareceu que o recorte salarial estabelecido no Banco não reflete o disposto na lei, já que esta não restringe o acesso ao benefício, prioriza somente o atendimento àqueles trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. Assim, solicitou-se aos funcionários que expressassem sua opinião com relação acesso ao benefício pela população brasileira, não somente na empresa pública.

Houve divergências de opiniões. Um funcionário diz que para ele o programa cultura cumpria bem o papel proposto. Outro afirmou não ser democrático uma vez que trabalhadores informais e funcionários que não são celetistas não possuíam direito ao benefício. Assim, grande parte da população brasileira estaria excluída do programa.

Sobre quais produtos e serviços os usuários já haviam adquirido com o Vale-Cultura, os participantes informaram: cinema, livros, DVD's e CD's. Os funcionários falaram que souberam da aceitação do Vale-Cultura como forma de pagamento dos produtos culturais adquiridos, através da consulta em seus sites, na hora de pagar o produto/serviço ou através do "boca a boca".

Quando questionados sobre a dificuldade no acesso aos produtos ou serviços culturais, eles informaram que encontraram dificuldades quando as empresas não estavam preparadas para aceitar o pagamento com o Vale-Cultura. Uma vez que o benefício é disponibilizado em um cartão plástico, a instituição recebedora necessita obter uma máquina e uma operadora de cartão para a efetivação do pagamento.

Nesse momento o grupo focal foi interrompido pela segunda vez por um superior hierárquico. O Superintendente Regional de Governo, da região do Distrito Federal e entorno, perguntou se era “festa”. A moderadora explicou que se tratava de uma pesquisa realizada naquele ambiente. O Superintendente ignorou a informação prestada e sentou-se à mesa juntamente com o restante de funcionários e começou a participar da aplicação do instrumento. Infelizmente a partir desse momento a pesquisa foi influenciada pela sua presença, já que pode inibir a participação espontânea dos participantes.

Continuando o grupo focal, outro funcionário informou que encontrou dificuldade no acesso aos produtos e serviços via internet, mas acredita ser uma questão de tempo para que as empresas se adequem a essa necessidade. Sobre a existência de produtos que gostariam de comprar, porém, não puderam por conta da delimitação de produtos e serviços imposta pelo governo, todos disseram que não existiam produtos ou que deveriam pesquisar melhor e saber quais produtos efetivamente podiam consumir com o benefício.

Complementando a questão da acessibilidade do programa, os participantes concordam que a acessibilidade é moderada e acreditam na ampliação do programa já que a implementação foi realizada recentemente.

Iniciando o último bloco de questões, os funcionários avaliaram o Vale-Cultura como uma excelente iniciativa estatal. Nesse momento, o superintendente regional pontuou alguns assuntos que fugiam da proposta da pesquisa, informando o quanto essa iniciativa por parte do Banco do Brasil o diferenciava de outras empresas, como era bom trabalhar no BB e como era importante a participação sindical e funcional na busca de avanços de direitos trabalhistas.

O grau de satisfação dos usuários com a utilização do programa foi avaliado como excelente. Finalizando esse grupo focal, os funcionários disseram o que poderia ser modificado no programa cultural. Um participante pontuou que ampliaria o público alvo e aumentaria o valor do benefício concedido. Todos riram e

concordaram com ele.

Nesse final houve uma participação muito importante. Uma funcionária pontuou que existiu uma grande divulgação interna no Banco assim que o acordo coletivo de trabalho foi assinado e também na disponibilização inicial do benefício aos trabalhadores. Porém, após dez meses apenas de Vale-Cultura no BB, ela sentiu falta da divulgação do benefício a novos funcionários ou até mesmo para atuais que não obtiveram o conhecimento necessário na ocasião. Após uma breve discussão entre os outros participantes, eles ressaltaram que seria válido um investimento dentro da instituição para uma melhor divulgação do direito para os funcionários.

A partir disso, a pesquisadora questionou aos participantes se eles acreditavam que a melhora da divulgação da política cultural também deveria ser efetuada fora dos mecanismos corporativos. Concordaram que seria interessante uma maior promoção do programa cultural até mesmo para ampliar a adesão de empresas que fornecem produtos culturais e assim o setor se fortaleceria. Além disso, as pessoas seriam estimuladas ao consumo cultural, uma vez que o recurso deve ser utilizado para tal fim, melhorando conseqüentemente seu acesso à cultura.

A pesquisadora aprofundou ainda mais o tema, solicitando a opinião dos funcionários quanto a divulgação realizada pelo idealizador do Vale-Cultura, ou seja, o Ministério da Cultura. Nesse momento, houve ainda uma terceira intervenção no grupo focal de um funcionário que precisou consultar uma das participantes. Inicialmente disseram que não possuíam conhecimento suficiente para julgar, mas assinalaram que poderia melhorar a divulgação.

3.2.2 Gerência de Pessoas Brasília II

A Gerência de Pessoas Brasília II, também chamada de GEPES Brasília II, representada por sua gerência, também se mostrou bem receptiva à pesquisa e não assinalou qualquer restrição quanto a horário ou delimitação de datas para a aplicação do instrumento de pesquisa. Assinalou somente que a combinação deveria

ser efetuada com os funcionários que participariam da pesquisa.

Na data em que o grupo focal foi aplicado, dia 02/06/2015, a dependência possuía 105 funcionários, dos quais 29 pertenciam ao sexo masculino e 76 ao sexo feminino. Do total da amostra, 55 funcionários eram público alvo da política cultural, 18 homens e 37 mulheres.

Conforme já dissertado anteriormente, quatro pessoas se voluntariaram a participar da pesquisa no período matutino. Outra pessoa assinalou seu interesse em participar quando da chegada da pesquisadora no local. Dessa forma, a quantidade mínima de participantes do grupo focal foi atingida. Da amostra, quatro pessoas pertenciam ao sexo masculino e uma ao sexo feminino. A proporção entre homens e mulheres dos voluntários não espelhou a proporção verificada tanto para o quadro geral de funcionários quanto a proporção identificada no público alvo da política cultural na GEPES Brasília II.

A média de idade dos participantes foi de 35 anos. Dois bancários possuíam pós-graduação, um possuía nível superior e dois funcionários nível médio. Um participante morava a aproximadamente 8 km de distância do centro de Brasília, dois residiam por volta de 23 Km do centro e os outros dois moravam a 31 Km de distância.

A escolha do local para a aplicação do instrumento de pesquisa abarcou os mesmos critérios já expostos: privacidade, conforto, incidência de ruídos sonoros e acessibilidade. Buscou-se a secretaria da gerência para verificar a disponibilidade de um ambiente que atingisse esses critérios. A secretaria indicou que o espaço qualidade de vida dos funcionários, que nada mais é que um ambiente onde os bancários se reúnem para confraternizações e festas institucionais, poderia ser utilizado para esse fim.

Porém, no horário indicado para a aplicação do grupo focal, o ambiente estava sendo preparado para um evento e toda a mobília havia sido retirada do local. Disponibilizou-se então uma das salas de reuniões da GEPES para a

aplicação da pesquisa.

Os mesmos cuidados com relação à postura da mediadora foram tomados. Nem todos os participantes possuíam o mesmo cargo institucional, porém nenhum deles exercia cargo de gerência. O que minimiza possíveis ajustes de conduta.

Após a autorização dos participantes para a gravação da conversa, a moderadora efetuou uma breve introdução sobre a pesquisa e sinalizou a importância da participação de todos. Assim como, advertiu que opiniões divergentes eram bem-vindas. Após as apresentações dos participantes, o grupo focal foi iniciado com o primeiro bloco de perguntas relacionadas a contextualização e verificação conceitual do programa.

A pesquisadora iniciou a aplicação do instrumento de pesquisa perguntado o que era o Vale-Cultura para eles, buscando assim atingir o significado da política cultural para os usuários. Um participante começou relatando que nunca havia buscado informações do que seria o Vale-Cultura nos termos técnicos ou a origem do programa dentro do programa de governo, mas deduziu a partir de sua condução que seria um incentivo às ações de cultura para pessoas de até certo nível econômico. Para ele, seria uma forma de dar acessibilidade à parcela da população que possui uma menor renda.

Acrescentou que observa uma dificuldade cada vez maior de acesso à cultura principalmente com relação aos preços praticados no mercado cultural, o que para ele foge da realidade orçamentária das pessoas que não possuem uma remuneração tão alta. Outro bancário acrescentou, a partir de seu contato inicial com a política cultural, que deveria ser uma coisa boa e ponderou que o valor do benefício seria muito pouco.

Expôs sua experiência inicial com o Vale-Cultura e as dificuldades iniciais encontradas na utilização do benefício. Disse ainda, que por conta dessas dificuldades iniciais nunca utilizou o benefício. A discussão a partir desse momento foi direcionada para a exclusão dos jogos eletrônicos da lista delimitada pelo

governo de produtos que podem ser consumidos com o Vale-Cultura.

Sobre esse ponto, um participante diz que por gostar do tema, aprofundou pesquisas sobre o assunto e expôs que o Brasil encara os jogos eletrônicos como jogos de azar, o que influenciaria a tributação de impostos sobre esses produtos. O que para ele, obviamente seria o fator crucial para os jogos eletrônicos não serem vistos como cultura no país. Outro bancário informou que na sua visão a tributação de impostos tanto dentro do país quanto fora seria uma forma de direcionar esses produtos a uma parte da população e finalizou dizendo que o Vale-Cultura é um programa bom mas falta um pouco para ficar melhor.

Após a explanação dos participantes sobre os jogos eletrônicos no país, a pesquisadora procurou retornar o foco da discussão na questão conceitual do programa federal. Pontuou que um participante havia informado seu ponto de vista votado para a acessibilidade e um mecanismo de promoção cultural. Perguntou aos participantes se algum deles gostaria de acrescentar algo.

Um funcionário explanou que a iniciativa do governo de destinar um valor da remuneração do trabalhador para o gasto especificamente com cultura seria uma boa “sacada”, porque poderia haver um acréscimo na remuneração do trabalhador, mas se esse valor não fosse disponibilizado em um cartão destinado somente para a cultura, com as necessidades do trabalhador, ele poderia gastar com outra coisa. Para ele a cultura seria muito importante, então essa questão conceitual de destinar o valor exclusivamente para a cultura é “bacana”.

Outra participante concordou com os colegas e pontuou que para ela o Vale-Cultura seria um benefício interessante com a destinação delimitada para o consumo cultural. Um bancário pontuou: “eu acho que essa coisa de falar assim: olha, consuma cultura, eu acho que tem o seu valor, tem seu valor em função até da sociedade em que a gente vive [...] eu acho que principalmente as classes mais baixas economicamente falando não tem muito essa visão da importância da cultura pro dia a dia dele. Então, de uma certa forma você força, né. É educativo [...] é na marra, mas não deixa de ser uma educação. Eu acho que tem o seu valor nesse sentido”.

Um funcionário contribuiu tirando o foco da questão do usuário e trazendo a questão do incentivo à produção cultural, porque mais gente com dinheiro destinado para esse fim, proporcionaria aos produtores culturais mais garantias que haverá um mercado consumidor para seus produtos/serviços.

Passando para a próxima questão relacionada a como os participantes ficaram sabendo da política cultural. Um bancário informou que ficou sabendo do Vale-Cultura através do jornal confeccionado e distribuído pelo Sindicato dos Bancários antes do acordo coletivo de trabalho de 2013/2014. Outro participante disse que tomou conhecimento da política cultural através de uma emissora de rádio. O restante dos participantes ficou sabendo do Vale-Cultura através de mecanismos de comunicação interna do Banco, ou seja, por vias institucionais.

Quando instigados se saberiam o que pode ser consumido com o benefício, os participantes mencionaram: cinema, instrumento musical, teatro, livros, show. Com relação a teatro e principalmente a shows, os funcionários abordaram a questão de que teoricamente pode ser consumido, mas nunca tomaram o conhecimento de alguém que teria conseguido comprar. Um bancário explicou que pelo fato de ser um cartão, depende um pouco de sistema. A produção do espetáculo pode negligenciar esse fato ou encontrar entraves para a disponibilização do Vale-Cultura. Existe, também, a questão do custo do sistema, que pode ser avaliado pela produção se vale ou não a pena aceitar o programa como forma de pagamento.

Sobre a opinião dos participantes com relação aos produtos/serviços que podem ser consumidos pelo Vale-Cultura, a questão dos jogos eletrônicos entrou novamente em pauta. Um participante demonstrou sua insatisfação com a visão de que os jogos eletrônicos não são vistos como cultura. Para ele, o Brasil e seus governantes são muito falsos moralistas. Fora do Brasil, os jogos eletrônicos não são vistos como no país, é uma cultura normal. Se a pessoa gosta dos jogos ela é privada de utilizar o Vale-Cultura como forma de aquisição desse tipo de cultura.

Uma bancária afirmou que a possibilidade de compra de instrumentos

musicais é importante, apesar de nenhum dos participantes conhecer alguém que conseguiu adquirir esse produto. Outro funcionário abordou a possibilidade de inclusão de produtos esportivos e acesso a partidas esportivas, já que, para ele, o esporte não deixa de ter sua característica cultural. Associar o esporte à cultura, apesar da dificuldade da discussão sobre a delimitação do que é cultura.

A moderadora ponderou a discussão e disse que existe muita polêmica em torno da exclusão de jogos eletrônicos e de acesso à TV fechada da cesta de produtos alvo do programa federal. Alertou ainda que provavelmente surgirão outras questões que talvez ainda não estejam implantadas. Procurou voltar a atenção para a pergunta abordada, questionando aos participantes se no geral, retirando a questão dos jogos eletrônicos, qual a opinião deles sobre os outros produtos/serviços culturais.

Um participante levantou um ponto muito interessante, relacionado ao acesso. Para ele, o valor de R\$ 50,00 já é um fator limitante, uma vez que se destina ao funcionário e dificilmente quando se tem uma família, o consumo de um produto é efetuado de forma individual. Toda a verba adquirida se destina a todos os membros familiares. Então, se você pensar em R\$ 50,00 para dividir entre duas, três pessoas, incluindo custos de deslocamento, o valor de R\$ 50,00 seria insuficiente.

O funcionário exemplificou que utiliza o Vale-Cultura somente para compra de livros porque indiretamente pode incluir os outros familiares. Se for ao teatro, show ou ao cinema não irá sozinho. Outro bancário acrescentou que o é um Vale-Cultura que desconsidera a cultura familiar. Sugeriu que seria interessante acrescentar o percentual de desconto do salário do trabalhador para ter um benefício de maior valor.

Após esgotada a discussão a esse respeito, a pesquisadora introduziu a próxima questão e perguntou aos participantes se eles acreditavam que o Vale-Cultura seria democrático. Um participante disse que achava que ele era isonômico outro funcionário questionou se a democracia estaria relacionada ao Banco ou no contexto geral. A moderadora informou que eles poderiam expressar sua opinião

tanto no contexto bancário quanto no geral.

Houve certa confusão de falas. O primeiro participante reafirmou sua opinião inicial e disse que seria isonômico. Tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, porque ele é um benefício para quem tem uma renda mais baixa e seria democrático por favorecer àqueles que tem mais dificuldades de consumir esses tipos de produtos. Outro funcionário acrescentou que acredita que seria uma coisa boa no contexto geral e um bom programa para o Banco e qualquer empresa.

Um bancário ponderou a questão da democracia e afirmou que se pensar na quantidade de pessoas que recebem salário mínimo e que não tem direito, empregadas domésticas e aposentados, toda essa massa já está excluída do Vale-Cultura na forma com que o programa está instalado. Além disso, existe a questão da família, abordada por ele anteriormente, o valor é pequeno e destinado somente ao trabalhador, exclui-se também os familiares desse trabalhador, que não teriam direito ao benefício. Então, o benefício não seria efetivamente democrático, na sua visão.

A próxima questão abordada pela pesquisadora foi quais seriam os produtos/serviços culturais já consumidos pelos participantes. Citaram livros, DVD's, cinema e apostila. Sobre como os funcionários ficaram sabendo que esses produtos poderiam ser comprados pelo Vale-Cultura, um participante informou que procurou o site do Vale-Cultura e verificou quais estabelecimentos já haviam aderido ao programa. Outros bancários concordaram que buscaram informações inicialmente na internet.

Abordaram também que os próprios estabelecimentos que aceitam o pagamento por meio do benefício divulgam o Vale-Cultura. Uma bancária acrescentou que tomou conhecimento dos estabelecimentos também através de troca de informações entre colegas.

Um bancário trouxe uma informação relevante, disse que encontrou dificuldades de adquirir revistas ou jornais em bancas. Acredita que grandes

estabelecimentos têm acesso à informação e até mesmo a importância do programa. Mas, para os pequenos estabelecimentos muitas vezes falta a informação, não sabem a importância ou a quantas pessoas poderiam atender por meio do benefício. Acha que o governo poderia fazer uma iniciativa no sentido de divulgar aos pequenos estabelecimentos para que possam entender a necessidade de aceitar o cartão, assim como os grandes já fizeram.

Sobre a existência de dificuldades para a utilização do benefício, eles informaram que obtiveram muitas dificuldades no início da implantação do programa pelo motivo de vários estabelecimentos não estarem preparados ainda para receber o pagamento por meio do cartão. Quando questionados se havia algo a mais para acrescentar, um participante informou a dificuldade de se adquirir produtos pela internet. Para ele, seria um facilitador de busca e comparação de preços. Além disso, os preços nas lojas físicas são maiores que os praticados virtualmente.

A moderadora perguntou se existia algum produto que os participantes gostariam de comprar com o benefício, além dos jogos eletrônicos já mencionados. Um bancário adicionou a possibilidade de compra de outros tipos de jogos, como os de tabuleiro.

Sobre a opinião dos participantes sobre a exclusão desses produtos, apesar de o tema já ter sido abordado pelos participantes, um participante acrescentou que tem que se avaliar a forma como se enxerga esse produto de uma maneira geral e não só voltada para o Vale-Cultura.

Com relação a avaliação ao acesso aos produtos culturais, alguns pontos já tinham sido abordados pelos participantes: o acesso a compra pela internet, a dificuldade de acesso inicialmente, a possibilidade de compra em pequenos estabelecimentos, a questão limitadora do sistema exigido para a conclusão da transação por meio da máquina de cartões e a aceitabilidade das bandeiras dos cartões.

Chegando ao último bloco de perguntas, questionou-se aos funcionários

como eles avaliam o Vale-Cultura. Um bancário falou que apesar das questões levantadas por eles, a iniciativa é muito boa, por destinar recursos para consumo cultural e por outro lado, os produtores de cultura terão público garantido.

Os participantes concordaram com a colocação do colega e acrescentaram que carece de aprimoramentos, mas tem sim seu valor. Foi um programa bem pensado, idealizado e por enquanto, com ressalvas, está sendo bem executado.

Sobre o grau de satisfação dos participantes, inicialmente houve uma certa confusão em como se daria essa avaliação por parte dos funcionários, informaram que estão satisfeitos, mas um bancário ponderou que estaria satisfeito com ressalvas por não conseguir consumir produtos pela internet, pois consumiria mais produtos pelo mesmo preço.

A última pergunta consistia em solicitar aos funcionários possíveis alterações que eles fariam no programa federal. Uma funcionária informou o valor, todos riram e concordaram. Outro, contribuiu informando que alteraria além do valor, para poder incluir a família, mudaria também a questão do acesso à compra pela internet. Uma vez que se uma empresa aceita compra com o Vale-Cultura em sua loja física e não aceita a mesma compra pela internet, ou aceita somente algumas bandeiras e não outras, dificulta o acesso ao usuário. Além disso, as empresas podem começar a jogar com isso, já que você tem o Vale-Cultura e vai comprar com ele, você vai comprar na loja física e lá é mais caro. Dificulta um pouco seu acesso à internet, uma vez que tem um público muito grande que tem o cartão e obrigatoriamente vão ter que gastar.

Acredita que é papel do governo determinar os mesmos meios de acesso à compra para o usuário, se a empresa aceita a compra em sua loja física, deveria ser obrigada a garantir a compra nos outros meios que disponibiliza a seus clientes.

Outro funcionário contrapôs esse ponto, dizendo que as vezes pode não ser somente a culpa da empresa, existe a possibilidade de a empresa obter problemas operacionais. O outro bancário voltou a discussão e disse que alguém que não o

usuário deveria intervir e favorecer o acesso aos usuários.

Quando questionados se haveria mais alguma questão, um terceiro participante acrescentou que incluiria os jogos eletrônicos na cesta de produtos do Vale-Cultura. Todos riram bastante.

Capítulo 4. Análise dos dados

A aplicação dos instrumentos de pesquisa foi muito proveitosa. Todos os objetivos idealizados foram alcançados e superados. Os participantes se sentiram à vontade e expressaram muito prazer em oferecer as respostas. Esse fato é crucial em grupos focais, se houver tensões ou má escolha dos integrantes, todo o trabalho realizado previamente será comprometido.

Houve um aumento gradativo da idade dos participantes dos grupos focais. A quantidade de participantes do sexo masculino foi maior que a quantidade do sexo feminino. A maioria dos bancários possuíam nível superior de escolaridade. Todos residiam em cidades satélites do Distrito Federal.

A conceituação do programa social foi coerente nos três grupos focais. O programa federal significa acessibilidade, incentivo, valorização, promoção cultural e elevação do consumo para os usuários. O único ponto que foi abordado somente no último grupo focal foi a forma educativa que o programa pode desempenhar.

Os debates sobre a falta ou não de demanda cultural por parte dos beneficiários do Vale-Cultura, sobre a questão da dificuldade de acesso aos produtos e serviços por conta dos preços praticados no mercado cultural e sobre a realidade orçamentária da maioria da população foram muito importantes, pois exprimem exatamente o embate sobre a intervenção estatal na cultura.

A política cultural visa a democratização ao acesso, porém até que ponto pode-se afirmar que a deficiência ao acesso se deve à falta de demanda ou interesse por cultura por parte da população menos favorecida, refletindo assim na dinâmica do mercado. Ou na verdade, essa falta de acesso exprime a reprodução das desigualdades sociais e as lutas pela detenção do poder simbólico.

Outra contribuição importante foi dada pela bancária que expressou que o vale cultura disseminou cultura para a sua família. Disse que o benefício possibilitou o incentivo à leitura ao seu filho. Esse fato expressa bem um dos propósitos do programa que é a disseminação da cultura.

Ainda sobre significação conceitual do programa federal, a visão de alguns dos participantes de que além de acessibilidade, o Vale-Cultura possibilitaria também o incentivo à produção cultural merece destaque. Comprar um instrumento musical e promover cultura através dele ou fazer um curso de fotografia e expor esse trabalho em uma galeria, eleva exponencialmente os objetivos pretendidos pelo Ministério da Cultura.

Sobre a publicidade do programa, os usuários majoritariamente obtiveram acesso a informações via institucional. Dessa forma, a melhoria dos mecanismos de divulgação do programa é imprescindível tanto para atrair um maior número de adesão das empresas que pretendem beneficiar seus funcionários, como para expandir a infraestrutura e conseqüentemente o setor cultural brasileiro.

Com relação à pergunta que solicitava aos participantes se os mesmos saberiam quais produtos poderiam consumir com seu benefício, em todos os grupos focais os usuários efetuaram troca de informações sobre a lista de produtos que o Vale-Cultura contempla e em alguns momentos demonstraram uma certa confusão. Isso demonstra que a divulgação dos produtos culturais contemplados pelo programa federal não está totalmente clara para os usuários.

De forma geral a avaliação dos participantes com relação aos produtos que podem ser consumidos foi muito positiva. Porém, essa avaliação foi ponderada com relação às dificuldades encontradas no acesso à rede de aceitação do programa e a inclusão de alguns produtos na cesta do Vale-Cultura.

Sobre o questionamento se o Vale-Cultura seria democrático, os usuários geralmente acreditaram que não era democrático tanto no Banco do Brasil quanto para o restante do país. Citaram que o programa não atinge toda a população brasileira de forma igualitária; falaram sobre a restrição de acesso ao benefício imposta pelo Banco, por conta da delimitação de renda do público alvo do programa, sobre a exclusão dos trabalhadores informais, empregados domésticos e aposentados como beneficiários da política cultural.

Cabe ressaltar a colocação de uma funcionária que, diante do debate instaurado no primeiro grupo focal sobre a delimitação estatal do que seria considerado ou não cultura para efeitos do programa federal Vale-Cultura, acredita ser necessária a delimitação de produtos que podem ser consumidos com o benefício, porém, assegurou ser muito perigoso a afirmação de que determinadas expressões são ou não culturais, por conta de juízos de valor que podem ser atribuídos. Como produtora cultural, destacou que diversas manifestações consideradas como contracultura não são levados em consideração nesse debate conceitual.

Os usuários relataram muitas dificuldades na utilização de seu benefício. No geral atribuíram essas dificuldades à recente implantação do programa federal. Porém, através de suas falas, evidencia-se o acesso desigual a produtos e serviços, uma vez que não conseguiram utilizar seus benefícios para a compra de ingressos para shows, espetáculos, instrumentos musicais, dentre outros. Além de informarem desconhecimento de algum usuário efetivamente tivesse conseguido consumir qualquer um desses produtos.

Os bancários consumiram livros, cinema, DVD's e CD's. Todos foram adquiridos em grandes livrarias ou em grandes redes de cinema, que se adequaram rapidamente aos pré-requisitos do programa e foram pioneiros na efetivação de seu cadastro junto ao Ministério da Cultura. Dessa forma, verifica-se uma promoção desigual entre os diversos seguimentos culturais existentes em Brasília. Pequenos estabelecimentos e algumas atividades culturais como: espetáculos de dança, shows, teatro, dentre outros produtos e serviços culturais não conseguiram, até o momento, atender os usuários do programa. Dessa forma, constatou-se favorecimento de determinados produtos/serviços e a consolidação das diferenças mercadológicas existentes entre grandes estabelecimentos e pequenos comércios locais.

Outro ponto a se destacar é a expansão da rede de aceitação do Vale-Cultura no intervalo temporal ocorrido entre a aplicação dos grupos focais. Os bancários do

segundo grupo focal não relataram muitas dificuldades no acesso a atividades culturais. Porém, o primeiro grupo relatou muitos problemas no início da implementação do programa e o terceiro demonstrou claramente sua insatisfação com a falta de acesso a produtos pela internet.

A avaliação dos funcionários quanto a idealização e implementação do Vale-Cultura foi excelente. Há apenas ressalvas quanto a possíveis modificações na política cultural. Os bancários ampliariam o público alvo, aumentariam o valor do benefício concedido, expandiriam a rede de aceitação, iriam rever o conceito de cultura empregado pelo governo e promoveriam uma intervenção estatal mais contundente com relação ao mercado cultural.

Apesar de obter todo o apoio da gerência da Agência Governo Federal, a duração dos grupos focais foi comprometida por conta de alguns superiores hierárquicos da instituição. A duração total da aplicação dos grupos foi em torno de 30 minutos cada. Normalmente a aplicação da técnica dura em torno de 40 a 60 minutos.

Apesar de a pesquisadora explicar bem os propósitos da pesquisa, informar em que consistia a técnica de pesquisa e o tempo demandado para sua aplicação, confirmar a autorização da gerência e divulgar previamente essas informações a todos os bancários, alguns chefes delimitaram a quantidade de tempo que disponibilizariam os funcionários para o grupo focal.

Esse fato provocou uma pressão interna no grupo, até o ponto de uma das participantes adiantar o término da sessão. Destaca-se ainda, as diversas intervenções ocorridas no segundo grupo focal e a participação não desejada de um desses superiores comprometendo os dados extraídos pelo instrumento de pesquisa.

Considerações Finais

Nesse trabalho buscou-se verificar o impacto o programa federal Vale-Cultura no campo cultural brasileiro, através da perspectiva do usuário do programa. Acredita-se que o Vale-Cultura por si só não alcançará os objetivos iniciais esperados pelo governo, pois é um programa elaborado de forma contraditória, em que se busca a democratização por meio da inclusão de parte da população assalariada do país, além da promoção e fortalecimento cultural de forma desigual.

Deve-se lembrar de que o recorte proposto pelo programa, trabalhadores assalariados do mercado formal, não vai de encontro à lei nº 12.761 que institui o Programa. Em seu primeiro artigo, a lei diz que o Programa é destinado a fornecer aos trabalhadores meios para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura. Trabalhadores, não trabalhadores que exercem atividades no mercado formal do país.

LAUTIER (1993) analisa a informalidade das relações de trabalho na América Latina a partir das normas que regulamentam as relações de trabalho, entendendo estas como o local de articulação entre o econômico, o jurídico e o social.

Sobre a intervenção estatal nas relações de trabalho, o autor destaca que:

“A intervenção do Estado em matéria de trabalho é configurada pela relação salarial, não somente em razão do peso da história (os códigos foram emitidos quando o projeto de industrialização triunfava) mas, também, porque aí se situa uma das bases da configuração topológica da sociedade capitalista. A intervenção do Estado sobre a relação salarial está indissociavelmente ligada à intervenção sobre a reprodução dos indivíduos, à formação dos direitos sociais dos trabalhadores sobre o Estado e à reformulação dos direitos do empregador no âmbito da empresa” (LAUTIER, 1993 p. 7).

Seja pela ausência ou pelo excesso de normação estatal das relações

trabalhistas, o trabalho informal se configura como uma realidade para milhares de trabalhadores no Brasil. Como está estruturada atualmente, o programa Vale-Cultura priva toda essa parcela da população de usufruir do benefício.

CASTEL (2010) afirma ainda que, uma sociedade democrática não poderia realizar a igualdade de condições, pois isso significaria nivelar a diferenciação “orgânica”, agredir a um sentido do coletivo limitado à simples justaposição mecânica de elementos similares. Porém, o Estado pode e deve intervir a fim de que, a respeito dessas desigualdades, se faça justiça a cada um, em seu lugar (p. 360).

Além disso, disponibilizar um valor a ser gasto com cultura não é garantia de que o usuário consiga efetivamente acessar o produto ou serviço que deseja adquirir. Seja por conta da delimitação do que pode ser consumido ou não, seja por entraves operacionais quanto ao sistema de pagamento implementado ou seja pela infraestrutura cultural existente. Verificou-se um aumento do consumo, uma vez que o benefício incentiva a busca por produtos ou serviços culturais. Porém, há de ressaltar que esse aumento se deu em produtos e serviços específicos.

Identificou-se ainda, que o campo cultural brasiliense não sofreu uma expansão significativa. Não houve uma diversificação dessa estrutura ou um aumento de produção cultural até o momento. As desigualdades mercadológicas permanecem e foram até ampliadas, uma vez que a injeção de recursos no mercado se dá em setores e empresas específicas.

Assim, constata-se que, até o momento, o programa federal atingiu parcialmente seus objetivos de valorização, reconhecimento, promoção e preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Nesse sentido, a política cultural deve ser revista e aperfeiçoada. Dessa forma, as hipóteses elencadas na introdução desse trabalho foram parcialmente afirmadas.

A lei que instituiu o programa, estipula que o Vale-Cultura objetiva possibilitar o acesso e a fruição dos produtos e serviços culturais; estimular a visitação a

estabelecimentos culturais e artísticos e incentivar o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos. Assim, a melhoria dos mecanismos de divulgação do programa é imprescindível tanto para atrair um maior número de adesão das empresas que pretendem beneficiar seus funcionários, como para expandir a infraestrutura e conseqüentemente o setor cultural brasileiro.

Da mesma forma, a publicidade dos produtos que podem ou não ser adquiridos com o programa federal deve ser aperfeiçoada para que os consumidores possam ter conhecimento sobre os diversos produtos e serviços culturais que estão à sua disposição. Se a publicidade e acesso a essas informações não forem revistas, há grandes chances de o Vale-Cultura beneficiar somente restritos ramos culturais, como grandes livrarias ou cinemas, não conseguindo, assim, atingir o objetivo de incentivar o consumo de diversas manifestações culturais brasileiras, fomentando pequenos estabelecimentos e diversificando o capital cultural.

Quanto às distorções mercadológicas verificadas, conforme abordado no último dos grupos focais, medidas adicionais devem ser tomadas pelo governo a fim de promover a expansão do campo cultural de forma mais igualitária, preservando determinadas expressões, produtos ou serviços culturais, para que possam ser oferecidos de maneira mais competitiva.

O próprio governo estipula isso, quando determina o papel do Estado na Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura (2011):

“A atuação do Estado no campo da cultura não substitui o papel do setor privado, com o qual deve, sempre que possível, atuar em parceria e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdício. No entanto, ao Estado cabe assumir papéis de responsabilidades intrasferíveis como, por exemplo, o de garantir a preservação do patrimônio cultural e o acesso universal aos bens e serviços culturais ou o de proteger e promover a sobrevivência e desenvolvimento de expressões culturais tradicionais o que dificilmente seria assumido pelo setor privado” (p. 30).

BOURDIEU (2007) acrescenta ainda que os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. Neste sentido, deve-se trabalhar, antes de tudo, para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto; e, ao mesmo tempo, para descrever, por um lado, as diferentes maneiras de apropriação de alguns desses bens considerados, em determinado momento, obras de arte e, por outro, as condições sociais da constituição do modo de apropriação, reputado como legítimo (p.9).

Com relação às hipóteses apresentadas, acredito que houve um certo pessimismo quando de sua elaboração. No decorrer do trabalho, principalmente após a evolução da aplicação do instrumento de pesquisa e do levantamento bibliográfico acerca do histórico das políticas culturais brasileiras, identificou-se uma grande revolução no que diz respeito à formulação e implementação de políticas culturais.

Apesar do programa não garantir o acesso, a difusão e democratização do campo cultural brasileiro e dos ajustes que se fazem necessários, verifica-se uma mudança gradual e progressiva no pensar e fazer cultura no país. Fazer da cultura um ingrediente indispensável para o cidadão, equiparando-a a necessidade de alimentar-se por exemplo, com certeza é um grande passo e não deve ser menosprezado.

Seria interessante uma pesquisa sobre o Vale Cultura em outras instituições e em outras regiões do país, de forma a averiguar em que medida haveriam diferenças regionais na implementação e avaliação do programa por parte dos usuários.

Um estudo comparativo sobre o Vale Cultura antes e depois de sua implementação seria importante para avaliarmos as mudanças que este programa efetivamente obteve no acesso, democratização, difusão e promoção da cultura no país.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2009. 281 p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1998. 361 p.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 1ª Edição. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560p.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 311 p.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. 238 p.

CALABARE, L. **Política Cultural no Brasil: um breve histórico**. I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: Facom/Ufba, 2005.

CALABARE, L. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: Facom/Ufba, 2007.

CANCLINI, G. N. **Definiciones em transición**. In: MATO, Daniel (Org.). Estudios latino-americanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización. Buenos Aires: Clacso, 2001.

CARVALHO, C. A. P. **O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil.** In Políticas culturais: reflexões e ações. Org. Lia Calabre. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. 305 p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Trad. Iraci D. Poleti. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. 611 p.

CHAUI, M. S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 2ª Edição. São Paulo: Moderna, 1981. 22 p.

COSTA, C. S. N.; CASTRO, D. C.; SOARES, V. B.; SANTOS, M. S. S. **Política cultural e desenvolvimento: uma análise do Programa Bairro Escola, do município de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro.** Cadernos EBAPE.BR, vol.9, no.4, Rio de Janeiro, dez. 2011. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000400006&lng=pt&nrm=iso. Data de acesso 04/12/2013.

DURAND, J. C. **Cultura como objeto de política pública.** São Paulo: Perspectiva, v.15, n.2, São Paulo, abr./jun. 2001. Data de acesso: 04/12/2013.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social.** 6 Edição. São Paulo: Atlas, 2009. 196 p.

GODIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Paidéia, Ribeirão Preto, 2002, vol.12, no.24, p.149-161.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos.** Educativa, Publicação interna, fevereiro de 1999. Disponível em: http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-

[A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf](#). Data de acesso: 04/06/2014.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais 2007-2010**. v. 31. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sistema_de_Informacoes_e_Indicadores_Culturais/2010/indic_culturais_2007_2010.pdf. Data de acesso: 04/12/2013.

LAHIRE, B. **A cultura dos indivíduos**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006. 656 p.

LAUTIER, B. **Informalidade das relações de trabalho na América Latina**. Cad. CRH. Salvador, n.18, 1993, p.5-48.

LARAIA, R. B., **Cultura Um Conceito Antropológico**. 21ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007. 117 p.

MANEVY, A. **Dez mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca**. Cadernos Cenpec, v. 5, n. 7, 2010.

MARTOS, L. A. P.; QUINTERO, L. F. A. **¿Debe el Estado financiar las artes y la cultura? Revisión de literatura**. Economia e Sociedade, vol.20, nº.1, Campinas, abr. 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura**. Brasília: Novo Horizonte Comunicação Ltda, 2007. 572 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/museus-da-rede-ibram-aderem-ao-programa-vale-cultura/10883. Data de acesso: 14/05/2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**. Disponível em:

<http://pnc.culturadigital.br/>. Data de acesso: 04/12/2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura. Brasil.** Dez, 2011. Disponível em: http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/07/SNC_Estruturacao_Institucionalizacao_Implementacao_De_z2011.pdf. Data de acesso: 04/12/2013.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais e novos desafios.** Matrizes, São Paulo, ano 2, nº 2, primeiro semestre de 2009, p. 93-115.

SIMÕES, J. M.; VIEIRA, M. M. F. **A influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil entre 1920 e 2002.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol.44, nº 2, mar./abr., 2010.

Anexos

Anexo I

Quantidade de Trabalhadores que aderiram o programa			
ANO	MÊS	REGIÃO	QUANTIDADE
2013	DEZEMBRO	SUL	2
2013	DEZEMBRO	SUDESTE	1
2013	DEZEMBRO	SUL	3
Quantidade de Trabalhadores que aderiram o programa			
ANO	MÊS	REGIÃO	QUANTIDADE
2014	JANEIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2701
		CENTRO-OESTE	5433
		NORDESTE	10369
		NORTE	2313
		SUDESTE	59972
		SUL	12588
2014	FEVEREIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2569
		CENTRO-OESTE	1270
		NORDESTE	7307
		NORTE	7652
		SUDESTE	39146
		SUL	7904
2014	MARÇO	REGIÃO NÃO INFORMADA	1231
		CENTRO-OESTE	2594
		NORDESTE	3887
		NORTE	2693
		SUDESTE	20716
		SUL	6642
2014	ABRIL	REGIÃO NÃO INFORMADA	582
		CENTRO-OESTE	846
		NORDESTE	1969
		NORTE	877
		SUDESTE	8430
		SUL	2321
2014	MAIO	REGIÃO NÃO INFORMADA	233
		CENTRO-OESTE	727
		NORDESTE	678
		NORTE	343
		SUDESTE	3917
		SUL	1014

2014	JUNHO	REGIÃO NÃO INFORMADA	423
		CENTRO-OESTE	615
		NORDESTE	1103
		NORTE	839
		SUDESTE	5780
		SUL	1399
2014	JULHO	REGIÃO NÃO INFORMADA	413
		CENTRO-OESTE	622
		NORDESTE	1105
		NORTE	613
		SUDESTE	6148
		SUL	1450
2014	AGOSTO	REGIÃO NÃO INFORMADA	335
		CENTRO-OESTE	1001
		NORDESTE	926
		NORTE	451
		SUDESTE	5051
		SUL	1086
2014	SETEMBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	431
		CENTRO-OESTE	505
		NORDESTE	1088
		NORTE	2348
		SUDESTE	4319
		SUL	1385
2014	OUTUBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	360
		CENTRO-OESTE	270
		NORDESTE	435
		NORTE	505
		SUDESTE	3781
		SUL	891
2014	NOVEMBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2428
		CENTRO-OESTE	3192
		NORDESTE	7201
		NORTE	3075
		SUDESTE	24640
		SUL	3349
2014	DEZEMBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	3426
		CENTRO-OESTE	4201
		NORDESTE	7954
		NORTE	2344
		SUDESTE	32075
		SUL	12967

2015	JANEIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	620
		CENTRO-OESTE	2199
		NORDESTE	2933
		NORTE	829
		SUDESTE	8886
		SUL	2827
2015	FEVEREIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	495
		CENTRO-OESTE	875
		NORDESTE	1569
		NORTE	528
		SUDESTE	5971
		SUL	1368
2015	MARÇO	REGIÃO NÃO INFORMADA	962
		CENTRO-OESTE	1906
		NORDESTE	3073
		NORTE	840
		SUDESTE	8194
		SUL	3113
2015	ABRIL	REGIÃO NÃO INFORMADA	278
		CENTRO-OESTE	564
		NORDESTE	690
		NORTE	398
		SUDESTE	2832
		SUL	1081
2015	MAIO	NORDESTE	1
		SUDESTE	3
		SUL	4
2015	JUNHO	SUL	1

Quantidade de Trabalhadores que aderiram o programa				
ANO	MÊS	REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE
2014	JANEIRO	CENTRO-OESTE	DISTRITO FEDERAL	1954
	FEVEREIRO			421
	MARÇO			522
	ABRIL			252
	MAIO			454
	JUNHO			274
	JULHO			243
	AGOSTO			614
	SETEMBRO			217
	OUTUBRO			73
	NOVEMBRO			1251
	DEZEMBRO			767
2015	JANEIRO			1209
	FEVEREIRO			328
	MARÇO			757
	ABRIL			270

Consumo Nacional			
ANO	MÊS	REGIÃO	QUANTIDADE
2013	DEZEMBRO	SUL	2
2014	JANEIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	11
		CENTRO-OESTE	16
		NORDESTE	51
		NORTE	6
		SUDESTE	829
		SUL	101
2014	FEVEREIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	295
		CENTRO-OESTE	640
		NORDESTE	1494
		NORTE	303
		SUDESTE	11471
		SUL	2172
2014	MARÇO	REGIÃO NÃO INFORMADA	690
		CENTRO-OESTE	1520
		NORDESTE	4299
		NORTE	1847
		SUDESTE	32240
		SUL	7431
2014	ABRIL	REGIÃO NÃO INFORMADA	1149
		CENTRO-OESTE	3377
		NORDESTE	7966
		NORTE	8051
		SUDESTE	59948
		SUL	11730
2014	MAIO	REGIÃO NÃO INFORMADA	1739
		CENTRO-OESTE	4554
		NORDESTE	12109
		NORTE	9892
		SUDESTE	80149
		SUL	14963
2014	JUNHO	REGIÃO NÃO INFORMADA	1966
		CENTRO-OESTE	5145
		NORDESTE	12777
		NORTE	11139
		SUDESTE	81883
		SUL	16022
2014	JULHO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2051
		CENTRO-OESTE	6118
		NORDESTE	15612
		NORTE	10974

		SUDESTE	91515
		SUL	18274
2014	AGOSTO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2330
		CENTRO-OESTE	7316
		NORDESTE	18391
		NORTE	14899
		SUDESTE	105881
		SUL	20350
2014	SETEMBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2153
		CENTRO-OESTE	6829
		NORDESTE	16644
		NORTE	13157
		SUDESTE	96996
		SUL	18733
2014	OUTUBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2593
		CENTRO-OESTE	8114
		NORDESTE	18607
		NORTE	14512
		SUDESTE	105108
		SUL	21014
2014	NOVEMBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	2571
		CENTRO-OESTE	8412
		NORDESTE	17885
		NORTE	13807
		SUDESTE	105816
		SUL	22023
2014	DEZEMBRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	4687
		CENTRO-OESTE	13552
		NORDESTE	29693
		NORTE	18284
		SUDESTE	173032
		SUL	40684
2015	JANEIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	4590
		CENTRO-OESTE	13953
		NORDESTE	32024
		NORTE	18508
		SUDESTE	141621
		SUL	28162
2015	FEVEREIRO	REGIÃO NÃO INFORMADA	3764
		CENTRO-OESTE	13406
		NORDESTE	25851
		NORTE	15531
		SUDESTE	126322
		SUL	29064

2015	MARÇO	REGIÃO NÃO INFORMADA	3624
		CENTRO-OESTE	13292
		NORDESTE	27441
		NORTE	16007
		SUDESTE	129123
		SUL	27528
2015	ABRIL	REGIÃO NÃO INFORMADA	2397
		CENTRO-OESTE	9141
		NORDESTE	15553
		NORTE	4996
		SUDESTE	83365
		SUL	22279
2015	MAIO	CENTRO-OESTE	40
		NORDESTE	71
		SUDESTE	144
		SUL	77
2015	JUNHO	CENTRO-OESTE	1
		SUDESTE	9
		SUL	22

Consumo Distrito Federal				
ANO	MÊS	REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE
2014	JANEIRO	CENTRO-OESTE	DISTRITO FEDERAL	5
	FEVEREIRO			346
	MARÇO			730
	ABRIL			1215
	MAIO			1889
	JUNHO			2020
	JULHO			2556
	AGOSTO			3072
	SETEMBRO			3158
	OUTUBRO			3755
	NOVEMBRO			3614
	DEZEMBRO			5315
2015	JANEIRO			4843
	FEVEREIRO			4988
	MARÇO			5310
	ABRIL			3498
	MAIO			34
	JUNHO			1

Recebedoras		
REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE
CENTRO-OESTE	DF	886
CENTRO-OESTE	GO	1.433
CENTRO-OESTE	MS	489
CENTRO-OESTE	MT	725
NORDESTE	AL	458
NORDESTE	BA	2.115
NORDESTE	CE	901
NORDESTE	MA	671
NORDESTE	PB	404
NORDESTE	PE	979
NORDESTE	PI	432
NORDESTE	RN	389
NORDESTE	SE	201
NORTE	AC	93
NORTE	AM	382
NORTE	AP	144
NORTE	PA	818
NORTE	RO	268
NORTE	RR	90
NORTE	TO	248
REGIÃO NÃO INFORMADA	ESTADO NÃO INFORMADO	922
SUDESTE	ES	693
SUDESTE	MG	4.839
SUDESTE	RJ	3.192
SUDESTE	SP	9.106
SUL	PR	2.830
SUL	RS	2.953
SUL	SC	1.770

Anexo II

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Sociologia – SOL

Pesquisa sobre a elaboração e implementação do Programa Federal Vale-Cultura, e o seu impacto no campo cultural brasileiro

Roteiro para Grupo Focal com funcionários do Banco do Brasil

- Antes de introduzir as questões, peça para cada funcionário(a) se apresentar (nome, sexo, idade, bairro onde mora, nível de escolaridade);
- Explique como funciona o Grupo Focal e qual a finalidade da técnica para a pesquisa (ampliar a compreensão a respeito do Programa Vale-Cultura, verificar a acessibilidade do programa, identificar quais os produtos que estão sendo consumidos com o Vale-Cultura e avaliar o nível de satisfação da política cultural)

1. Contextualização e verificação conceitual do Vale-Cultura

- 1.1 O que é o Vale-Cultura para você?
- 1.2 Como você ficou sabendo do Programa Vale-Cultura?
- 1.3 Você sabe o que pode ser consumido com o cartão Vale-Cultura?
- 1.4 Qual a sua opinião sobre os produtos que podem ser consumidos com o Vale-Cultura?
- 1.5 Você acha que o Vale-Cultura é democrático?

2. Acessibilidade da Política Cultural

- 2.1 Qual(is) o(s) produto(s) cultural(is) que você já comprou com o cartão?
- 2.2 Como você ficou sabendo que esse(s) produto(s) poderia(m) ser comprados com o Vale-Cultura?
- 2.3 Você já encontrou alguma dificuldade para utilizar o benefício?
- 2.4 Existe algum(ns) produto(s) que você gostaria de consumir mas não conseguiu? Por qual(is) motivo(s) ? Se sim, qual(is) o(s) produto(s)?
- 2.5 Qual a sua opinião sobre a exclusão desse(s) produto(s) do programa?
- 2.6 Como você avalia o acesso aos produtos culturais que podem ser comprados com o cartão?

3. Avaliação do Programa Vale-Cultura

3.1 Como você avalia o Programa Vale-Cultura?

3.2 Qual o seu grau de satisfação com a utilização do Vale-Cultura?

3.3 Se você pudesse fazer alguma mudança no Programa, qual(is) seria(m)?